

Editora Prospectiva (Frutal-MG).

Um pequeno guia sobre o movimento estudantil e o golpe de 1964 em Ouro Preto, Minas Gerais.

Machado, Otávio Luiz.

Cita:

Machado, Otávio Luiz. (2013). *Um pequeno guia sobre o movimento estudantil e o golpe de 1964 em Ouro Preto, Minas Gerais*. Frutal-MG: Editora Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/45>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pezx/doo>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

OTÁVIO LUIZ MACHADO



UM PEQUENO GUIA SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O GOLPE DE 1964 EM OURO PRETO, MINAS GERAIS

EDITORA
PROSPECTIVA

Otávio Luiz Machado

**UM PEQUENO GUIA SOBRE O
MOVIMENTO ESTUDANTIL E O
GOLPE DE 1964 EM OURO PRETO,
MINAS GERAIS**

EDITORA PROSPECTIVA

Copyright 2013 by Otávio Luiz Machado

Capa: Editora Prospectiva

Fotos de capa: Arquivo digital de Otávio Luiz Machado

Revisão: Otávio Luiz Machado

Edição: Editora Prospectiva

Machado, Otávio Luiz. Um pequeno guia sobre o movimento estudantil e o golpe de 1964 em Ouro Preto, Minas Gerais. – Frutal: Prospectiva, 2013.

ISBN: 978-85-67463-32-2

1. Estudantes universitários – Comportamento. 2. Memória Histórica. 3. Educação extracurricular. 4. Ditadura Militar

CDU316.6:378.4

Contatos com o autor:

Caixa Postal nº 1, 382000-000 Frutal-MG

E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br

Tel: (34) 9668-9575

Sumário

Introdução	05
Movimento estudantil e o golpe de 1964 em Ouro Preto	05
ANEXOS DIVERSOS	22

Introdução: Juventude e Movimento Estudantil no Debate Sociológico

Os movimentos estudantis são movimentos de juventude, que buscam intervir em instituições buscando alterar a situação existente, bem como intervir na formação de sujeitos visando à sua participação, envolvimento ou adesão a um ou vários projetos de sociedade. A forma de atuar e de impor questões a serem tratadas também dimensiona o alcance do movimento estudantil.

Utilizamos como referencial ou marco teórico deste estudo a Sociologia da Juventude de Marialice Mencarini Foracchi, levando-se em consideração que sua obra explica a participação do jovem universitário no debate das questões gerais da sociedade e da universidade naquele contexto, assim como retrata a juventude nas sociedades modernas.

No seu principal trabalho, *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, a autora ao apresentar os principais resultados de sua tese – uma pesquisa sociológica sobre os estudantes paulistas buscando determinar o significado da ação estudantil na sociedade brasileira –, constatou que a opção por uma carreira profissional tinha uma influência muito forte da família, pois daí que vinha o estímulo para a busca de garantia da posição social a ser conquistada ou mesmo a aquisição de melhores condições para preservá-la. O movimento estudantil é analisado a partir das deficiências da formação universitária que se transforma numa força radicalizadora crucial (FORACCHI, 1972, P. 12).

O estudante é percebido como responsável pela transitoriedade das camadas médias, sendo o responsável pela manutenção ou ascensão social de seu grupo familiar. Foracchi ao buscar analisar os processos de transição para a vida adulta, o estudante como categoria social e o significado dos movimentos juvenis no mundo contemporâneo não se descarta da relação estabelecida entre as dimensões do presente e do futuro que marcam as trajetórias dos estudantes, onde o curso universitário torna-se um divisor de águas.

No presente texto, buscaremos analisar como mostrar a trajetória de um grupo de estudantes de uma instituição de ensino superior envolvido na construção de uma luta estudantil tinha como finalidade a melhoria do ensino. Algumas questões foram formuladas inicialmente: a) Quais tópicos permeavam o discurso estudantil? b) como o golpe civil-militar de 1964 tentou impedir a participação dos estudantes na transformação da sociedade brasileira?

Movimento Estudantil e o Golpe de 1964 em Ouro Preto

As reflexões que são feitas a seguir são fruto de uma difícil pesquisa que realizamos sobre a temática anos atrás. Tentamos reunir dados inéditos que tivemos acesso ou que

coletamos durante o processo de produção de entrevistas.

A herança dos movimentos estudantis dos anos 1960 em Ouro Preto

A entidade estudantil que mais teve peso político na história do movimento estudantil da Universidade Federal da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi o Diretório Acadêmico da Escola de Minas (DAEM). Criado em 1931, teve sua primeira reunião em 1º de novembro de 1932. O DAEM realizou inúmeras atividades ao longo de sua história. Criou, em 1936 a Revista da Escola de Minas (existente até hoje), que é uma publicação técnico-científica na área de Engenharia, cuja comissão inicial foi composta de Jardel Borges, Raymundo Campos Machado, Walter José Von Kruger e Amâncio Lemos Figueiredo.

O DAEM também esteve envolvido na organização do Restaurante da Escola de Minas (REMOP), criado em 1959, cujos fundadores foram Francisco Carlos Pinheiro Faro, Euler G. Apolinário, Aziz Assi, Sérgio Bastos de Azevedo e Wilson S. R. Branco.

Para José Murilo de Carvalho,

“Desde a década de 1940, é provável que os alunos tenham sido o elemento mais dinâmico (da Escola de Minas de Ouro Preto). A eles está afeta a publicação da Revista da Escola de Minas, hoje o único veículo de divulgação dos trabalhos científicos produzidos na Escola. Deles também foi a iniciativa de criar a SICEG, já mencionada, que até hoje mantém suas atividades” (CARVALHO, 1978, p. 143).

No trabalho do Professor José Murilo, que é a única obra acadêmica publicada sobre a história da Escola de Minas de Ouro Preto, anda considerou que “após 1940, as atas da Congregação estão cheias de reclamações de alunos com relação à excessiva rigidez didática de professores, indo a greves e pedidos de afastamento de alguns” (*idem*).

Um dos documentos que ilustrou o clima de insatisfação dos estudantes é um ofício datado de 19 de maio de 1949, que foi encaminhado pelo Presidente do DAEM (Olimpio Garcia Brandão) ao Diretor da EMOP (Fleury da Rocha):

“O ambiente estudantil de Ouro Preto vive, de um lustre a esta data, revoltado, inquieto, num verdadeiro clima de insatisfação. Primeiro, houve a eclosão do movimento grevista de 1945. não teve, como é comum em movimentos desta natureza, causa próxima de real grandeza. Foi mais o epílogo de um surto de descontentamento pelo que havia de antiquado em nossos meios pec e se referia a material, métodos e meios de ensinar”.

A partir dos anos 1950 e 1960, quando as lutas específicas dos estudantes ficaram mais próximas das suas lutas políticas, o movimento estudantil pôde avançar ainda mais como um ator social importante no debate sobre o ensino superior, a formulação de um ideário sobre a carreira do engenheiro, a constituição de novas relações sociais no interior de uma instituição de ensino superior e a construção de uma articulação entre Universidade e Sociedade.

A presença do movimento estudantil na questão da reforma universitária foi fundamental, sobretudo para denunciar o estado de subdesenvolvimento brasileiro e a pouca contribuição das instituições de ensino superior para a superação de tal quadro. O documento “A situação Atual da Escola de Minas de Ouro Preto” (25 de Abril de 1962), que foi produzido durante a gestão do DAEM composta por Marcelo Guimarães de Mello, Luiz Fernando Duarte, Carlos Alberto Piacenza, Geovani dos S. Carvalho e Nuri Andraus Gassani, traçou com um riqueza de detalhes o debate entre a relação educação e sociedade na ótica estudantil:

“Não pode a E.M.O.P. manter-se à parte do panorama nacional, pois ela é parte integrante, e talvez fundamental, da infra-estrutura econômica que está sendo organizada e que deverá estabilizar-se no Brasil, afim de que este possa superar seu atual estado de subdesenvolvimento com a formação de uma indústria pesada que sirva de base para a total emancipação econômica de nosso país não podendo a Escola de deixar de reconhecer essas imposições e passar a formar técnicos realmente capacitados a enfrentar com a realidade esse estado de coisas”.

Também foi importante a atividade cultural produzida pelo DAEM nos anos 1960. Foi o caso do chamado Teatro da Escola de Minas que, para Osmar Alves de Oliveira Junior (Kelé), produziu peças teatrais que buscavam chamar os estudantes para a realidade brasileira a partir do espaço escolar.

Além de atividades culturais organizadas pelos estudantes, a presença do Grêmio Literário Tristão de Ataíde (GLTA) na cidade de Ouro Preto – cujo líder espiritual era o Padre Mendes Barros, foi um espaço encontrado por muitas lideranças estudantis para uma formação extracurricular. Para Victoria Barros, o GLTA era “como um lugar de convergência de todas as pessoas que vislumbraram e discutiram uma saída para a situação sócio-político-econômica que era vivida naquele momento” (Depoimento de Marco Antônio Victoria Barros a Otávio Luiz Machado). Para outro participante e um dos criadores do Jornal *A Voz do GLTA*, havia uma forte ligação dos membros do GLTA com o líder católico, inspirador do Grêmio, Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde. Ele acreditava no processo de mudança social com força do debate de idéias e das palavras (Depoimento de João Pignataro a Otávio Luiz Machado).

Embora sendo um grêmio literário, o GLTA despertou seus membros para uma

atuação política efetiva:

“Por se tratar da principal entidade civil e cultural da cidade, com sede e importante biblioteca, o GLTA atraía uma juventude interessada na formação intelectual e artística. Embora sem finalidade política explícita, as atividades do GLTA despertavam naturalmente a consciência sócio-política e dali saíram as principais lideranças do movimento estudantil local, antes de depois do golpe de 64. Por isso, o GLTA passou a ser estigmatizado como ‘antro de comunistas’, na expressão da época” (Depoimento de Arnaldo Drummond a Otávio Luiz Machado).

Em 1967, Ouro Preto passou a vivenciar o Festival de Inverno (criado pela Universidade Federal de Minas Gerais), que cumpriu um importante papel em termos culturais e estéticos para todo tipo de movimento que ocorria no país. Um dos artistas e professores que esteve presente em praticamente todos os festivais, Jarbas Juarez, afirmou que Ouro Preto “se tornou o foco da cultura brasileira” (Depoimento de Jarbas Juarez a Otávio Luiz Machado), o que vai de encontro com a opinião de outro depoente, que afirmou ser o Festival de Inverno de Ouro Preto “o movimento cultural mais importante do Brasil no século passado” em termos de atividade extensionista de uma universidade (Depoimento de Maurílio Torres a Otávio Luiz Machado a Otávio Luiz Machado). Para Tunai, que foi estudante de Engenharia em Ouro Preto durante os primeiros festivais,

“O Festival de Inverno era uma coisa mágica, diferente. Vinham professores dos quatro cantos do mundo, para, durante o mês de Julho, ministrarem os cursos daquelas turmas maravilhosas, desenhando ao ar livre, tocando um instrumento, naquele clima natural de Ouro Preto da época, com seu “fog” constante em meio às esculturas, dividindo a praça e suas ruas com as pessoas e seus cobertores. Era um clima bem diferente daquele que a gente vivia durante o ano escolar. Por isso os festivais de inverno eram tão concorridos e maravilhosos durante um certo tempo. Uma coisa mágica mesmo. Nunca vou esquecer” (Depoimento de José Freitas Mucci, o Tunai, a Otávio Luiz Machado)

Além de um ambiente cultural muito produtivo, também é fundamental ressaltar que o ambiente universitário de Ouro Preto (no período analisado) gravitava entre as suas duas escolas superiores: a Escola de Minas e a Escola de Farmácia. E havia um forte distanciamento dos estudantes entre si, assim como de ambos com a própria cidade. Ainda se vivia a elitização do ensino superior, e a discriminação entre as carreiras profissionais era um dos seus principais reflexos. Para Maculan:

“Uma coisa eu achei no meu tempo é que havia um preconceito nosso [dos alunos da Escola de Minas] contra a Escola de Farmácia. A gente achava que era um outro nível de escola, e não tinha o mesmo nível dos engenheiros. (...) Lá não se falava fácil com eles, não freqüentava os mesmos Centros Acadêmicos e as repúblicas não eram as mesmas (...) Uma coisa que eu sempre achei é que faltou grandeza na Escola de Minas neste sentido. Sinceramente eu digo que é uma coisa que o estudante já vem com essa influência: “engenheiros é uma coisa, farmácia é outra coisa” (Depoimento de Nelson Maculan Filho à Otávio Luiz Machado)

Havia ainda uma certa prevenção na ocupação das repúblicas estudantis, pois os estudantes de Farmácia não podiam morar em repúblicas de estudantes de Engenharia e vice-versa (seria bom ressaltar que tal divisão perdura ainda em algumas repúblicas de Ouro Preto (ainda hoje). Por isso, havia pouca integração dos estudantes diante da supremacia de um curso sobre o outro. Com relação à população ouro-pretana o abismo era ainda maior:

“No meu tempo essa era minha visão. Eu era muito crítico em relação aos meus colegas, como o pessoal que xingava a noite. Haviam estudantes que abriam a janela e dizia um monte de palavrão. E achava isso lindo. E acordava todo mundo. Eu acho que era falta de respeito com as pessoas da cidade. Por mais moleque que seja, tem hora que é preciso deixar a molecagem dentro da república. E as pessoas nem sabem que é molecagem. Acha que é agressão, mesmo. Roubar galinha eu também achava que quando era de rico, ainda bem. Mas quando era de gente que precisava era complicado. (...) São os limites das brincadeiras que eu acho que deve ter um certo limite, também (...) Era triste, porque você fazia as festas e esse pessoal não podia entrar. Você não deixava nem esse pessoal entrar nas festas de Ouro Preto, das repúblicas etc. Tinha o pessoal com dinheiro e que não gostava. É interessante a reação nossa à cidade de Ouro Preto” (idem).

Após o golpe de 1964, o ambiente universitário ficou completamente dividido entre os estudantes de “direita” e os de “esquerda”, que inclusive rivalizavam nas repúblicas de estudantes e nas disputas por cargos nos órgãos estudantis.

O Movimento Estudantil em Ouro Preto entre 1964 e 1969

O Brasil vivenciou uma forte tensão política a partir da renúncia de Jânio Quadros, em

1961. A política brasileira ficou marcada com aquele episódio, inclusive com o impedimento da posse de João Goulart (Jango) por forças militares. Em 1964, porém, nos momentos próximos ao golpe tais fatos puderam ser percebidos com os desdobramentos do Comício de 13 de Março, que sinalizou a existência de um golpe em marcha há algum tempo e que dificilmente poderia ser interrompido. Associado à inexistência de uma resistência efetiva e sistemática pelos militantes de esquerda, que ficou confirmada em seguida, entre 31 de março e 1º de abril de 1964, o golpe pôde ser constatado com a movimentação das primeiras tropas em Minas Gerais. O Presidente João Goulart deixava o poder e se exilava no Uruguai.

A pequena cidade de Ouro Preto foi marcada desde os primeiros dias do golpe com uma série de pichações e brigas entre os estudantes, bem como das primeiras prisões políticas. O delegado da cidade, que estava devidamente munido de uma lista dos “subversivos” rascunhada por setores conservadores ou reacionários de Ouro Preto, iniciou nos três primeiros dias – com a ajuda de milícias civis armadas – diversas prisões de estudantes, políticos, operários e tantos outros que foram considerados “perigosos”. Algumas prisões ocorreram dentro das próprias repúblicas estudantis.

A bipolarização dos estudantes entre “comunistas” e “reaça” ficou mais clara após o golpe. Para Márcio Pereira, que foi preso em 1964, nos informou como as prisões foram realizadas: “começaram a ir na casa de um a um, fizeram uma milícia e os direitistas se apresentam nestas milícias (armadas) como “voluntários” (Depoimento de Marcio Pereira a Otávio Luiz Machado).

A cassação dos diretórios acadêmicos foi outra inevitável consequência. Enquanto os líderes do movimento civil-militar consolidavam o golpe, também estavam sendo tomadas medidas para barrar qualquer reação. A destituição de todos os órgãos estudantis em Minas Gerais foi uma ordem do comandante do quartel-general do ID/4, o general Carlos Luiz Guedes:

“Como imperativo do Movimento Revolucionário em curso, há necessidade de renovação total nos Diretórios Acadêmicos, a fim de que seus Associados possam decidir democraticamente sobre o destino de suas Agremiações. Tendo em vista a infiltração comunista constatada nas mesmas, ficam, a partir deste momento, dissolvidas todas as diretorias de Diretórios Acadêmicos das Escolas Superiores do Estado de Minas Gerais, da União Colegial de Minas Gerais e suas filiadas” (ofício de 14 de abril de 1964).

Os militantes estudantis que haviam sido presos em Ouro Preto nos primeiros dias do golpe começaram a ser soltos após as comemorações do dia 21 de abril de 1964. O Presidente Castelo Branco foi homenageado pelo Governador Magalhães Pinto em solenidade na Praça Tiradentes quando das comemorações cívicas em memória a Tiradentes e aos demais

inconfidentes.

Mas os inquéritos de crimes contra a segurança nacional já estavam em curso, bem como os inquéritos internos da EMOP. O “Relatório de Crimes Contra a Segurança Nacional” de Ouro Preto, que foi elaborado e concluído meses depois – foi um documento fundamental para compreendermos a situação. Coordenado pelo delegado da cidade, Sebastião Lucas, na apuração de possíveis crimes contra a segurança nacional foram indiciados políticos, estudantes, professores, metalúrgicos e comerciários.

São os principais indiciados que destacamos, abaixo:

1) Políticos: Benedito Gonçalves Xavier, Antônio Cardoso Roriz, Sebastião Francisco (Maria Preta), Júlio Armando Fortes, Kirki Gerônimo e Aderilho Fernandes (todos vereadores);

2) Professores: Oswaldo Magalhães Dias e Antônio Pimenta;

3) Estudantes: Nuri Andraus Gassani, Antônio Carlos Moraes Sarmiento, Eduardo Teles de Barros (Amazonas), Ney de Almeida, Wagner Geraldo da Silva, Marco Antônio Pereira, Rômulo Freire Pessoa, José de Paula Vasconcelos, Frank Ulrich Helmuth Falkenheim, Osamu Takanohasi, Haroldo Pereira da Silva, Jacques Herskovic, Nelson Maculan Filho, Sergio Antônio Pretti Maculan e Ivan Antônio de Tássis.

Das testemunhas que prestaram depoimentos acusatórios contra os indiciados circularam as seguintes categorias: 1) Comerciantes: 02; 2) Professores: 01; 3) Engenheiros: 01; 4) Estudantes: 04; 5) Ferroviários: 01.

Dos relatórios selecionamos alguns trechos dos depoimentos das “testemunhas” (considerados “dedo-duros”) com opiniões sobre as atividades políticas de algumas lideranças estudantis presas e indiciadas entre abril e junho de 1964:

a) “[...] é elemento que sempre declarou ser comunista, constando em comentários, sem nenhuma prova, que teria ele um transmissor e que em certa época alguém da cidade teria ouvido o mesmo [...], pelo rádio falando em linguagem que tinha a aparência de um código que não chegara a ser decifrado” (Relatório de Crimes Contra a Segurança Nacional – Ouro Preto).

b) “O depoente auxiliou várias prisões, como voluntário (...) que [...] era doutrinador comunista, constando mesmo que tinha contactos diretos com o Kremlin, em Moscou, de onde recebia instruções” (*idem*).

Porém, o que é mais interessante nos relatórios são as conclusões que os seus autores chegaram sobre a revolta estudantil de Ouro Preto, o que de imediato não concordamos:

“Ao procedermos as presentes investigações no meio dos estudantes de Ouro Preto, verificamos que as condições de vida miserável que levam os estudantes da antiga Capital de Minas, suas dificuldades de aquisição de livros, caríssimos, levam-nos muitas vezes a adquirir livros de procedência russa, fornecidos a preços irrisórios. O desconforto numa cidade em que o preço das utilidades andam á beira da morte, de tão caros, podem levar áqueles estudantes a um estado de

revolta, que os fazem esquecer de Deus e guiarem-se ao materialismo pagão” (relatório de crimes contra a segurança nacional- Ouro Preto).

Foi inevitável o acerto de contas entre os estudantes. Muitos estudantes presos em abril de 1964 estavam se formando. Alguns ficaram mais tempo para concluir o curso em decorrência da prisão e do atraso nas matérias. Além deste ônus, algumas empresas estatais não aceitaram em seus quadros a entrada de pessoas que foram fichadas em 1964 ou em outros períodos da história.

“E teve uma reunião do Diretório em que eles não podiam mais ser chamados de colegas, mas de “senhores”. E houve na assembléia o pessoal de direita que nos defendeu, porque não gostavam deste tipo de negócio. E: “fulano, fulano e fulano não são mais colegas, e sim, senhores”. Deve ter sido em maio ou em agosto de 64” (MACULAN, 2003).

Para Maculan, que não apresenta nenhuma mágoa em relação ao comportamento dos colegas, pensa que as implicações do envolvimento dos estudantes no golpe de 64 são mais profundas:

“Eu tenho certeza que eles (voluntário da ‘revolução’) achavam que estavam fazendo o bem, que nós realmente éramos ‘perigosos’. Não tiveram a capacidade de verificar que estavam sendo usados, que eram instrumentos da elite da sociedade (...) Mas a nossa volta foi um sucesso. Foi festa. Ai você vê o que mais me magoou foi o pessoal que foi preso. E eu fiquei muito magoado com a atitude de colegas. Uma coisa é brigar. Mas prisão é uma coisa que sai do seu nível de conhecimento” (MACULAN, 2003).

Para Sarmiento, a discriminação aos “dedo-duros” foi muito forte:

“Alguns poucos daqueles que eram ligados a esses dedo-duros nas repúblicas começaram a ser discriminados por uma maioria que foi formada após o golpe militar e de antipatia aquela situação. Muitas daqueles que eram de direita, manifestadamente da direita e que não tinham participado do golpe nem de formação de nenhum bloco que apoiasse o movimento militar, ficaram de certa forma contrários ao que nos foi feito como prisões, acusações e não sei o que (MORAES SARMENTO, 2002).

A violência física também passou a rondar o quadro das disputas ideológicas: “A turma estava a fim de dar porrada em alguém. E eles (da direita) se sentiam ameaçados. Então tinham uns que andavam até armados (*idem*).

Para Maculan, que não apresenta nenhuma mágoa em relação ao comportamento dos colegas, pensa que as implicações do envolvimento dos estudantes no golpe de 64 são mais profundas:

“Eu tenho certeza que eles (voluntário da ‘revolução’) achavam que estavam fazendo o bem, que nós realmente éramos ‘perigosos’. Não tiveram a capacidade de verificar que estavam sendo usados, que eram instrumentos da elite da sociedade (...) Mas a nossa volta foi um sucesso. Foi

festa. Aí você vê o que mais me magoou foi o pessoal que foi preso. E eu fiquei muito magoado com a atitude de colegas. Uma coisa é brigar. Mas prisão é uma coisa que sai do seu nível de conhecimento” (MACULAN, 2003).

Para Sarmiento, a discriminação aos “dedo-duros” foi muito forte:

“Alguns poucos daqueles que eram ligados a esses dedo-duros nas repúblicas começaram a ser discriminados por uma maioria que foi formada após o golpe militar e de antipatia aquela situação. Muitas daqueles que eram de direita, manifestadamente da direita e que não tinham participado do golpe nem de formação de nenhum bloco que apoiasse o movimento militar, ficaram de certa forma contrários ao que nos foi feito como prisões, acusações e não sei o que (MORAES SARMENTO, 2002).

A violência física também passou a rondar o quadro das disputas ideológicas: ““A turma estava a fim de dar porrada em alguém. E eles (da direita) se sentiam ameaçados. Então tinham uns que andavam até armados” (idem).

A reorganização do movimento estudantil em Ouro Preto começou a ocorrer em 1965. Sob o comando de Hércio Pereira Fortes – que posteriormente seria assassinado pela repressão – o PCB foi devidamente consolidado em Ouro Preto. O mesmo mantinha uma ligação muito produtiva com o núcleo regional de Minas Gerais do Partido, que por sua vez estava com a liderança de Mário Alves. Tal grupo foi importante para a reorganização das entidades estudantis em Minas Gerais

O DAEM na gestão de 1965¹ teve poucas condições de atuar, pois além da ameaça de intervenção, o seu funcionamento dependia de ajustes de estatutos e da devida aprovação das autoridades acadêmicas.

Mas o movimento estudantil foi reconquistando um pouco mais a sua força em 1966. A UEE de Minas Gerais, em ofício, convocou todas as entidades estudantis para as suas eleições que ocorreriam durante o XX Congresso dos Estudantes Mineiros. E com a palavra de ordem contra a Lei Suplicy: “Temos hoje força bastante para reafirmar nossa denúncia à Lei Suplicy, instrumento atentatório à livre organização dos estudantes. Força que provém dos próprios estudantes e de sua consciência democrática, que não aceita as imposições ministeriais” (Ofício de 15 de maio de 1966).

Em Ouro Preto, também, nas comemorações do 21 de abril de 1966, os estudantes e militantes puderam também realizar protestos na solenidade. Houve ali um espaço para contestação aberta contra o Governo militar, embora também estivesse todo o aparato militar aguardando para reprimir. Assim, os estudantes deram uma importante demonstração de indignação, conforme o depoimento de Nilmário Miranda:

¹ O Diretório 1965-66 foi composto pelos seguintes membros: Presidente: Cleverson Cabral; Vice-Presidente: Ivan Antônio de Tassis; 1º Secretário: Benoni Torres; 2º Secretário: Jacques Herskovic; Tesoureiro: Rogério Vasques Benezath

“O 21 de abril de 1966 ficou na história. Costa e Silva era Ministro da Guerra e veio até Ouro Preto. E foi realizada uma manifestação, onde vários estudantes em muitos ônibus vieram dispostos inclusive a ser presos, conseguiram surpreender e saíram daqui sem serem presos. Aí teve uma assembléia no DCE da Gonçalves Dias em Belo Horizonte com o povo que chegou de Ouro Preto. E dali ocorreu uma arrancada para uma chapa da UEE/MG (União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais) muito combativa, que é muito vinculada ao 21 de abril de Ouro Preto. Ali também era um lugar de manifestação que fazia o Governo Militar. Sempre fez manifestações de apoio à ditadura utilizando o 21 de abril. Portanto, os estudantes se mobilizavam para protestar no 21 de abril” (Depoimento de Nilmário Miranda a Otávio Luiz Machado).

Ainda durante o ano de 1966 Minas Gerais contribuiria para o movimento estudantil brasileiro ao presidir o 28º Congresso Nacional de Estudantes da UNE que, mesmo oficialmente proibido pelo regime militar, funcionou com o apoio dos órgãos estudantis. A UNE realizava suas reuniões e eleições clandestinamente. O 28º Congresso foi realizado num convento.

Para Poernet (1979, p. 274), o principal resultado do Congresso da UNE em Minas Gerais foi o lançamento de uma palavra de ordem contrária à política educacional do Governo e contra o próprio Governo, que desencadearia em setembro de 1966 nos protestos nas ruas de diversas cidades brasileiras, tanto contra a cobrança das anuidades, como contra atentado às liberdades democráticas expressos na repressão policial.

O DAEM em sua gestão 1966/67, que foi assumido por Jacques Hersovics² em agosto de 1966, alinhou-se com os movimentos estudantis que estavam atuando em Minas Gerais. Quando a UNE organizou em 22 de setembro de 1966 o movimento que ficou conhecido como Dia Nacional da Luta contra a Ditadura, também em Ouro Preto ocorreram vários atos contra a ditadura militar.

Em Belo Horizonte, o período foi marcado pelo cerco aos estudantes no prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Segundo um dos “entrancheirados”, “colocamos as carteiras de todo o prédio, que tem mais de vinte andares bloqueando todos os acessos até o quarto andar ou quinto da Faculdade de Direito. E nos preparamos para a eventualidade de uma invasão, que seria respondida com uma resistência dos estudantes” (Depoimento de João Batista dos Mares Guia a Otávio Luiz Machado). A utilização de tais espaços universitários em situação de aquartelamento e de mobilização através de estados de greve nos prédios das faculdades foi cunhada por um dos presidentes do DCE da UFMG (Jorge Batista) como “grevilhas”, que seria um mistura de greve com guerrilha.

² O Diretório 1966-67 foi composto pelos seguintes membros: Presidente Jacques Herskovic; Vice-Presidente: Mário Rosa; 1º Secretário: Athaulpa Valença Padilha; 2º Secretário: Marcio Moreira; 3º Secretário: Tanísio Benedito de Araújo; Tesoureiro: Fernandes Pires de Azambua.

No DAEM presidido por Lincoln Ramos Viana (1967-68)³, cuja atuação pôde ser mais efetiva, também foi dado mais alguns passos para se sair das amarras das intervenções. E ao mesmo tempo permitir que o movimento estudantil local estivesse mais sintonizado com os movimentos regionais e nacionais que já estavam reorganizados.

Para Ramos, além da mudança da tradicional vida estudantil foram importantes para a mobilização dos estudantes as palestras de formação política “onde se mostrava a realidade política do país e a necessidade de participação política em nosso meio estudantil” (Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado). Por exemplo, no trote de 1967, ao invés de desfiles dos calouros, os debates e o envolvimento dos calouros com leituras foram as atividades encontradas pelas lideranças para aumentar a participação dos estudantes no Diretório Acadêmico. Tal mudança contribuiu para o aumento da relação do DAEM com o conjunto dos estudantes, pois cumpriu seu objetivo ao conseguir “angariar a simpatia dos calouros” (Depoimento de Paulo Pavaneli a Otávio Luiz Machado).

Outra conquista do DAEM nesse mesmo ano foi a cessão de recursos da EMOP para a aquisição de mais casas para as repúblicas, que ocorreu após a pressão dos estudantes acampados por vários dias na Praça Tiradentes. A justificativa do Diretório para o movimento foi o seguinte: “temos diversas repúblicas com ameaça de despêjo; temos colegas morando em verdadeiros padieiros sem a mínima condição de higiene; temos conhecimento da admissão dos novos colegas de 68” (Boletim do Diretório Acadêmico nº 4, novembro de 1967).

Também foi importante para a mudança editorial do jornal O Martelo, que pertencia ao DAEM, ao passar a publicar trechos de citações de obras políticas consideradas “subversivas”. Foi o caso de obras de Mao Tse-Tung, conforme depoimento de um dos responsáveis pelo jornal:

“Eu era também o responsável pela edição do jornal do Diretório, O Martelo. E aí teve a primeira grande confusão (em relação ao jornal). Eu vinha para o Rio e rodava o jornal na Gráfica do Jornal do Commercio. E eu fiz duas edições. E foi a segunda que deu um problema mais grave, porque foram publicadas citações de Mao Tse-Tung do livrinho Vermelho, que não estava publicado no Brasil. E todo mundo queria ter aquele jornal, porque não estava ainda publicado no Brasil. E fiz uma anterior, que era sobre a Guerra do Vietnam, se eu não me engano. Enfim, uma outra edição também sobre a OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), que era uma referência a Cuba” (MALA, 2003).

E foi manifestada a gravidade da situação pelas autoridades escolares. Um exemplo foi o ofício enviado pelo Diretor da Escola de Minas, Professor Rômulo Soares Fonseca, ao Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Minas, que informava o seguinte:

³ O Diretório 1967-68 foi composto pelos seguintes membros: Presidente: Lincoln Ramos Viana; Vice-Presidente: Athaulpa Valença Padilha; 1º Secretário: Serafim Carvalho Melo; 2º Secretário: Benedito França Barreto; 3º Secretário: Douglas Senju Morishita; Tesoureiro: César Eptácio Maia.

“Como deve ser do conhecimento de V. S^a, circulou, há dias, nos meios estudantis nesta cidade, uma publicação, denominada “O MARTELO” de cunho nitidamente político-partidário. Tal publicação traz, em primeira página e sob o título, as expressões: “Um órgão do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto”. Ao D.A., de que V.S^a é Presidente, é vedada qualquer ação político-partidária como prescreve seu próprio regimento (Artigo 3º, parágrafo único) e também a Lei” (Ofício datada de 26 de agosto de 1967).

O período de 1967/68 foi marcado por um forte movimento estudantil secundarista em Ouro Preto. A UCO (União Colegial Ouro-Preтана), que era um dos pontos desta atuação estudantil em Ouro Preto), integrava-se aos demais movimentos sociais da cidade, pois a entidade contava com a liderança de Marco Antônio Victoria Barros (Play). Além de mudar a postura que a UCO tinha desde 1964, ainda contribuiu na realização de atividades políticas e culturais da cidade, como um evento cultural em 1967 que contou com debates, painéis e peças de teatro que discutia o movimento estudantil, o acordo MEC-USAID, o golpe de 64, a violência do regime e a conjuntura internacional. O evento contou com a presença do DCE da UFMG, da UEE-MG e da UBES. Para Pádua, que atuava na entidade, a UCO “era uma entidade que tinha razoável peso. Era a única entidade estudantil na época aqui e congregava todos os estudantes do Colégio Arquidiocesano, estudantes da Escola Normal e do antigo Colégio Padre Lobo” (Depoimento de Antônio de Pádua a Otávio Luiz Machado).

Em Ouro Preto, o trabalho que de alguma forma uniu estudantes e operários foi a série de panfletagens no bairro Saramenha, pois ali estava instalada a filial da empresa multinacional ALCAN (Alumínios Canadenses S.A.). Tal atividade permitiu uma grande aproximação entre o movimento estudantil e o movimento dos trabalhadores.

Ainda em 1967, na União Estadual dos Estudantes (UEE) de Minas Gerais, quando houve um trabalho efetivo após a “eleição” clandestina de uma diretoria de esquerda, a presença dos principais representantes dos grupos políticos⁴ que militavam nas universidades mineiras unificou algumas bandeiras que os diversos setores do movimento estudantil defenderiam em conjunto. Foi “um dos raros momentos em que houve unidade das diferentes organizações revolucionárias que atuavam no movimento estudantil” (Depoimento de João Batista dos Mares Guia a Otávio Luiz Machado). Tal unidade não durou muito, porque na prática a entidade se desdobrou em duas UEEs: “Uma UEE oficial, que passou a ser liderada por mim; e uma UEE paralela, que na prática não funcionou, porque não teve credibilidade e não teve repercussão” (*idem*).

⁴ Assumiram a Diretoria da UEE/MG basicamente os seguintes membros, com as seguintes representações: Doralina Rodrigues e Raimundo Mendes (Ação Popular – AP); César Maia e Sônia Lima (Corrente Revolucionária de Minas Gerais); João Batista dos Mares Guia (Comandos de Libertação Nacional – Colina). E outros.

No DAEM presidido por Serafim Melo⁵, a criação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi uma das principais preocupações dos estudantes:

“... trabalhamos muito no DAEM para a criação da UFOP, com diversas audiências com os Ministros de Educação da época, em Brasília e no Rio de Janeiro. Queríamos abrir mais vagas e mais cursos para os estudantes brasileiros. A universidade era a alternativa. Entretanto tínhamos contrários na própria Escola que achava que a UFOP viria descaracterizar as tradições da EMOP. Realmente isto poderia ocorrer e acho que ocorreu. Mas e daí? Seria válido mantermos um “clã” cheio de privilégios em detrimento de uma maioria sedenta de escola superior de qualidade em nome de uma tradição?” (Depoimento de Serafim Carvalho Melo a Otávio Luiz Machado).

O movimento estudantil crescia tanto em participação como em ousadia. Numa das atividades de preparação do Congresso de Ibiúna (que ocorreria posteriormente no mês de outubro), em 23 de julho de 1968 e que foi repleta de apreensões, o estudante oriundo de Ouro Preto (César Maia) foi preso portando boletins que convocavam os estudantes para o XXX Congresso da UNE. E foi defendido pelo jurista Sobral Pinto. Em um dos documentos enviados ao Tribunal Superior Militar, o jurista alegou o seguinte: “César Epitácio Maia convocava o povo, não para subverter a ordem pública nem para levantar-se contra o Governo Federal, estadual ou municipal, mas para apoiar a realização do 30º dos Estudantes (SOBRAL PINTO, 1977, P. 106).

Em 13 de dezembro de 1968, o Governo decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Tal decreto permitia a cessação de amplos poderes ao Executivo, suspensão de direitos políticos, recesso do Congresso Nacional e a suspensão de ampla defesa com o fim do habeas-corpus.

Após o AI-5, em Ouro Preto, o Decreto-Lei 477 começou a fazer os primeiros enquadramentos. No final de de 1969, Pedro Carlos Garcia Costa e Lincoln Ramos Viana foram desligados da Escola de Minas de Ouro Preto por meio de portaria assinado pelo seu Diretor, Professor Antônio Pinheiro Filho. Sobre o desligamento, Pedro Carlos Garcia analisou como a medida foi além:

“Até mesmo a forma de agir da direção da universidade foi extremamente maldosa e capciosa, porque ela me suspendeu em novembro e deixou para editar a portaria em março. Ou seja, neste caso ela me prejudicaria como me prejudicou por mais um semestre ainda no ano de 1973, porque me impediu naquele semestre já que eu não poderia me matricular para o primeiro semestre de 1973. então na realidade foi uma suspensão de três anos que corresponderam a quatro anos da minha vida como elemento de perda e de afastamento com a Escola de Minas de Ouro Preto, porque eu não pude mais atuar e seguir nesta área” (Depoimento de Pedro Carlos Garcia da Costa a Otávio Luiz Machado).

⁵ Gestão do DAEM 1968-69: Presidente: Serafim Carvalho Melo; Vice-Presidente: Fidêncio Maciel de Freitas; 1º Secretário: Reginaldo Pires Rodrigues; 2º Secretário: Pedro Maciel Tavares; 3º Secretário: Romeu Delaroli; Tesoureiro: Maurício José Danese.

Ainda em 1969, o Diretório, em busca de soluções para os problemas de ensino existentes na Escola de Minas, enviou um relatório (datado de 27 de novembro de 1969) a todos os ex-alunos associados à Associação dos Antigos Alunos, cuja tônica foi a seguinte:

[Trata-se de uma] análise que, embora com lacunas, foi feita com inteira honestidade e visando unicamente dar subsídios para solução dos graves problemas que vêm prejudicando o bom funcionamento da Escola e, conseqüentemente, o almejado preparo técnico-profissional de seus alunos”, com a certeza “de que o senhor tomará uma posição de defesa da Escola”.

O DAEM ao apresentar um documento em forma de síntese afirmando uma “situação crítica, fruto da rotina, indiferença e inoperância de administrações que se sucedem cometendo os mesmos erros”, também apontava a inexistência de programas de pesquisa na Escola. Criticaram a Congregação, que contava com a presença de apenas 08 professores freqüentes de um total de 15, mas que centralizava “todas as decisões e carecendo inteiramente de qualquer iniciativa. As suas reuniões sob o ponto de vista das tão necessárias inovações, são, pois, inteiramente inoperantes”. Quanto ao corpo docente relataram o seguinte: “lamentável a precária atual situação financeira do corpo docente que se dedica exclusivamente ao ensino. O seu salário é quase irrisório. (...) Há visto que, só neste ano, já abandonaram a Escola 11 professores, e outros tencionam a fazê-lo”.

As conseqüências da situação crítica do ensino da Escola de Minas naquele período, conforme documento do DAEM, também visava esclarecer que, devido a falhas profundas na estrutura da Escola de Minas, o alto índice de reprovação era inevitável. O DAEM exemplificou com o seguinte número: apenas 48 estudantes estariam concluindo o curso dos 128 alunos que entraram em 1965. também houve um elevado número de transferências e descontentamento com tantas outras questões em relação à EMOP no período, conforme o documento estudantil.

Em 1969, o movimento estudantil da Escola de Minas ainda teve condições de promover um debate sobre a melhoria do ensino e a implantação da UFOP, pois na gestão do DAEM, presidida por José de Lourdes Motta⁶, a questão da reforma universitária estava na ordem do dia e foi debatida pelos estudantes da forma como foi possível num regime ditatorial.

Considerações Finais

O golpe militar de 1964 provocou a interrupção da efervescência vivida pelos estudantes universitários até então. Além do fechamento de entidades estudantis, a prisão dos principais líderes estudantis nos primeiros dias do golpe, as universidades conviveram a partir daí com inúmeros IPMs (Inquéritos Policiais Militares) buscando averiguar possíveis crimes contra a “segurança nacional”.

⁶ A Gestão do DAEM no período entre 1969 e 1970 foi composto por: Presidente: José de Lourdes Motta; Vice-Presidente: Paulo Cesar Pavanelli Moura; 1º Secretário: José Cesar Caiafa Junior; 2º Secretário: Cláudio Ribeiro de Lacerda; 3º Secretário: José Vandir Nunes; Tesoureiro: José Thomaz Gama da Silva

Ao encerrarmos o texto, cremos ser possível concordar com um depoimento sobre o movimento estudantil de Ouro Preto: “Pouco se fala dele, mas ele foi crucial na resistência estudantil à ditadura, na reestruturação do PCB em Minas após o golpe, na formação da Corrente Revolucionária de Minas Gerais e da ALN, na constituição de um núcleo sindical politizado em Contagem e, finalmente, na estruturação da luta armada que se opôs à tirania” (Depoimento de Ricardo Apgaua à Otávio Luiz Machado).

O movimento estudantil no período indicado estava sem condições de ver atendidas suas reivindicações mínimas pelo Governo, nem pelas diretorias das faculdades e reitorias. Por outro lado, o crescimento vertiginoso do mercado de trabalho não era acompanhado do debate de novas propostas de formação profissional.

Sem condições de dar respostas aos problemas universitários, impedidos de debater o país e tendo-se iniciado um processo de desvalorização do diploma universitário, haja vista que o número de profissionais formados superava a demanda do mercado de trabalho, o movimento estudantil viu-se diante de uma contradição: foi autor de um projeto de reforma universitária mas foi rejeitado quando o Governo resolveu fazê-la.

O que se pode concluir é que, na luta pela transformação da sociedade brasileira, as pautas específicas do movimento estudantil estiveram fortemente focadas na reforma do ensino e na questão da formação profissional no final dos anos 1950, e a partir daí passaram a estar mais associadas com uma luta política a medida que o compromisso com as reivindicações estudantis acabou por abranger a sociedade como um todo, porque adquiriu dimensão social a vinculação do jovem universitário ao processo de consolidação e expansão da ordem competitiva, levando-se em consideração que a juventude universitária que tinha a universidade como a última etapa preparatória para a entrada no mundo adulto, também a tinha como canal de ascensão social.

Documentos Consultados ou indicados para Pesquisas

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

_____. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL – DOPS. *Termo de perguntas ao indiciado Cesar Epitácio Maia.* 1968.

_____. Solicitações ao Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto. *Vários*, 1967 a 1969.

DIRETÓRIO ACADÊMICO DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO. *Atas de posse das Diretorias.* 30 de agosto de 1973 a 1998.

_____. *Atas das Sessões ordinárias e extraordinárias das Assembléias Gerais.* 24 de abril de 1954 a 20 de maio de 1965.

_____. *Atas das reuniões de Diretoria.* 26 de maio de 1958 a 9 de junho de 1962.

_____. *Atas das reuniões do Conselho de Representantes dos alunos da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil,* 15 de maio de 1957 a 26 de outubro de 1962.

_____. *Atas das reuniões do Conselho de Representantes dos alunos da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil,* 15 de maio de 1957 a 26 de outubro de 1962.

_____. *Boletins diversos.* Várias datas.

_____. *Relatório síntese da atual situação da Escola de Minas de Ouro Preto, de acordo com a Comissão eleita pela Assembléia Geral do Diretório Acadêmico, assinada em 27 de novembro de 1969.*

_____. *Ofícios diversos.* Várias datas.

_____. *Ofícios.* Pasta “Entendimentos com o Corpo Discente 1931-1946”.

_____. *Ofícios.* Pasta “Entendimentos com a Diretoria da Escola, Conselho Técnico Administrativo Congregação da Escola” de 1931-1946, Primeiro Volume.

_____. *Ofícios.* Pasta Correspondência com entidades estudantis (Casa do Estudante do Brasil, Diretórios Acadêmicos, etc) 1931-1946 Primeiro Volume.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL – DOPS. *Relatório de Crimes Contra a Segurança Nacional.* Ouro Preto, 21 de Julho de 1964. DVS – 033.

ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO. *Atas da Congregação.* Diversas sessões. Várias datas.

_____. *Ofícios diversos.* Várias datas.

_____. Portaria n. 54. Desligamento dos estudantes Lincoln Ramos Viana e Pedro Carlos Garcia Costa. 17 de novembro de 1969.

_____. *Atas de 1973 a 2000.*

UNIÃO ESTUDUAL DOS ESTUDANTES (UEE-MG). *Ofícios diversos.* Várias datas.

Livros e Artigos

- BOMENY, Helena. "A reforma universitária de 1968 25 anos depois". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 51-65, outubro de 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da Glória*. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), 1978.
- _____. DULLES, John. W. F. *A faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência Anti-Vargas: 1938-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade 'modernizada' à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- _____. *O estudante na transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- _____. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4ª ed. revista. São Paulo: Moraes, 1980.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GROPPO, Luis Antônio. *Uma Onda Mundial de Revoltas. Movimentos estudantis nos anos 1960*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2000 (Tese de Doutorado).
- IANNI, Octavio. "O jovem radical". In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude I, da Europa de Marx à América Latina de hoje*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 225-242, 1968.
- LAPASSADE, Georges. "Os rebeldes sem causa". In: BRITO, Sulamita de, *Sociologia da Juventude III, a vida coletiva juvenil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 113-123, 1968.
- MACHADO, Otávio Luiz (Org.). *Repúblicas de Ouro Preto e Mariana: trajetórias e importância*. Recife: PROENGE, 2007.
- _____. "As repúblicas estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal*, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, p. 197-199, outubro de 2003.
- _____. "O Festival de Inverno e os Arquivos do DOPS". In: *Estado de Minas*, Belo Horizonte-MG, 2002.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. "Antônio Carlos Bicalho Lana: a trajetória de um guerrilheiro". In: KUSHINIR, Beatriz. *Perfis Cruzados: trajetória e militância política no Brasil*, Rio de Janeiro, Imago Editora, p. 87-105, 2002.
- POERNER, Arthur José. *O poder jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *O poder jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. Ilustrada, revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Lições de Liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Editora da Universidade Católica de Minas Gerais, 1977.
- VALITUTTI, S. "Uma revolução juvenil". In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude III, a vida coletiva juvenil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 125-129, 1968.
- VELASCO E CRUZ. *Movimento estudantil e crise na política brasileira*, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

ANEXOS

DEPOIMENTO DE NELSON MACULAN FILHO A OTÁVIO LUIZ MACHADO

OTÁVIO LUIZ MACHADO*: Professor, primeiramente, gostaria de ter seus dados pessoais.

Qual a data e local de seu nascimento?

19 de março de 1943. Londrina-PR.

Como eram seus pais? O que faziam?

Meu pai foi homem que trabalhou na área da madeira e do café; foi vereador, senador, deputado federal. Candidatou-se a governador no Estado do Paraná; perdeu as eleições para Ney Braga. Minha mãe nos criou. Terminou seus estudos primários, mas não completou o ginásio. Meu pai, já com mais de sessenta anos, formou-se em Direito.

Enquanto estudante, que cargos ocupou?

Fui Representante de Turma no segundo e terceiro anos; mais tarde, exerci os cargos de Vice-Presidente do Centro Acadêmico da Escola de Minas e de Primeiro-Secretário do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto (DAEM), na gestão de Rômulo Freire Pessoa.

Quando você chegou em Ouro Preto para estudar?

Cheguei em janeiro ou fevereiro de 1961 para prestar vestibular ao Curso de Engenharias de Minas, Metalúrgica e Civil, com duração de seis anos e conhecido, então, como "Curso Geral". Aprovado, comecei a estudar em março. Formei-me, no quinto ano, em Engenharia de Minas e Metalurgia. Não completei o curso de Engenharia Civil, como a maioria de meus colegas.

Havia, por parte do pessoal da Engenharia, algum tipo de preconceito para com a Escola de Farmácia?

Em relação à Escola de Farmácia. Dávamos pouco valor ao ensino daquela instituição. Pensávamos que só a Escola de Minas possuía cursos de bom nível. Quanto às “repúblicas” de estudantes, estas eram habitadas, ou só por estudantes da Escola de Farmácia, ou só por estudantes da Escola de Minas. Mais tarde, vim a conhecer excelentes profissionais oriundos da Escola de Farmácia. Faltou, a nós, da Escola de Minas, grandeza; não conseguíamos ver o quão importante é a farmacologia, bem como não enxergávamos a estatura e qualidade da Escola de Farmácia

Está presente, no imaginário coletivo, a idéia de que o pessoal da Escola de Farmácia não obteve muitas conquistas, por não ter militância forte. É esta sua opinião?

O pessoal da Farmácia não tinha o espaço que merecia e nem a capacidade de mobilização que tínhamos nós, da Engenharia. Não tivemos a grandeza de chamar os colegas da Farmácia para conosco atuar. Havia a visão arrogante de que a Escola (de Minas) era "a melhor do mundo" e, assim, não podia se misturar com ninguém mais. A falta de corporativismo enfraqueceu a todos.

O que foi viver em república? Como foi esta sua experiência? Em que isto o ajudou?

Viver em uma “república de estudantes”, para um jovem recém saído da adolescência, foi um inestimável aprendizado de vida. Deixando para traz a proteção, o carinho e o conforto da casa paterna, o estudante passa a viver em comunidade nas “repúblicas” dividindo com seus colegas a missão de manter o seu novo lar. Dividir recursos, tarefas e responsabilidades, de maneira democrática, passa a ser um aprendizado diário. O respeito mútuo, entre os “republicanos”, reconhecendo os limites de seus direitos, deveres e responsabilidades é presença forte no dia a dia destas comunidades estudantis. Aprende-se a ter disciplina. O cultivo da solidariedade e da amizade é presença forte na vida diária dos moradores da “república”. Muitos são os laços fraternos que se criam, nesta época de suas vidas, e que se perenizam. Interessante é falar do papel do “presidente da república”. Cada um dos moradores, durante um determinado período, em sistema de rodízio, assume este papel: gerenciando os recursos (advindo das contribuições mensais dos moradores), o presidente cuida das compras de mantimentos, da manutenção do imóvel, dos pagamentos diversos, etc. É um belo exercício de aprendizagem de administração, organização e responsabilidade.

No período em que você morou na república Pureza, de 1961 a 1965, verificou-se uma clara transformação das posições políticas de seus moradores? Como você vê isso?

Na minha visão, o que ocorreu, nesse período, foi uma crescente politização dos nossos colegas de “república”, com um claro viés de tendência esquerdista. Os colegas mais antigos, apolíticos ou com tendência mais conservadora, foram se formando e deixando a “república”, dando lugar a novos estudantes, mais voltados à discussão política e mais dispostos à análise crítica da situação do país de então. Isto não quer dizer que não havia colegas com visão política mais à direita. Não me lembro, no entanto, de termos tido que conviver com radicalismos ou extremismos. Era uma convivência inteligente e aberta.

E a relação dos estudantes com a população da cidade?

Era, de maneira geral, fria e distante. Sentia-se uma certa animosidade no ar. Penso que esta situação já vinha de tempos bem anteriores. Sempre houve muitas brincadeiras e molecagens, por parte dos estudantes. Enquanto restritas aos ambientes próprios aos estudantes (repúblicas, Centro Acadêmico, etc.) nada havia que se condenar. Infelizmente, não era o que acontecia. Frequentemente, brincadeiras de mau gosto, por parte dos estudantes, criavam atritos e mal estar junto à população.

Você foi preso em 1964, logo após a deflagração do golpe militar, acusado de subversão? Como foi isso?

Lembro-me bem. Era um domingo de abril. Uma camioneta parou na porta da “república” e dela desceram policiais do antigo DOPS. Havia também policiais militares. Alguns colegas, com os quais mantínhamos convivência diária, “reforçava” tal aparato militar, que ali se encontrava para prender “perigosos estudantes subversivos”.

O que mais o marcou neste episódio?

Ver colegas nossos, com os quais mantínhamos um convívio diário na escola e nas “repúblicas”, participarem desses atos de insana violência, de maneira tão direta e explícita, foi-me chocante e muito doloroso. Hoje, dentro da perspectiva que só o tempo decorrido desde estes tristes episódios nos proporciona, sou sinceramente tomado pela certeza de que estes nossos colegas, civis e conhecidos como “voluntários da revolução”, eram sinceros em sua crença de que estavam fazendo o bem e, que nós, “comunistas”, éramos realmente perigosos para o país. Não tiveram a necessária capacidade avaliativa para enxergarem que estavam sendo simplesmente utilizados como instrumentos de manobra, na mão dos verdadeiros golpistas.

Como a prisão de vocês repercutiu no meio estudantil de Ouro Preto?

Obviamente que a repercussão foi muito forte. Instalaram-se, entre os estudantes, a revolta, o medo da delação e a desconfiança. No meio de todo este clima, de reunião ocorrida no Diretório Acadêmico da Escola de Minas saiu a deliberação de que aqueles estudantes que participaram das ações para prisão de estudantes não mais seriam chamados de colegas. Esta posição foi assumida, inclusive, por colegas que tinham posição política de direita mas que, de forma pública e clara, repudiavam aquele tipo de atitude. Os “voluntários” passaram a ser ostensivamente repudiados e isolados pela imensa maioria dos colegas. O ambiente de convivência alegre e harmônica nunca mais voltou a ser o mesmo.

Por quanto tempo você permaneceu preso?

Em torno de duas semanas. É uma experiência dolorosa: você perde sua liberdade de ação, o que significa uma forte agressão ao ser humano. Nenhum de nós, meus colegas ou eu, foi torturado; no entanto, vimos integrantes das ligas camponesas serem agredidos fisicamente.

ANEXO: DISCURSO PROFERIDO POR DORALINA RODRIGUES* NA ABERTURA DO CONGRESSO DE REABERTURA DA “UEE/MG”

*** Doralina Rodrigues – Dora – última presidente da UEE/MG, em Ouro Preto, 1979.**

Companheiros,

Devo começar por esclarecer-lhes porque me faço presente neste momento histórico para o conjunto dos estudantes mineiros e porque me uno a vocês na gloriosa tarefa de reconstruir a nossa União Estadual dos Estudantes. Ex-diretora e posteriormente presidente da UEE-MG, gestão 67-68, sou hoje um dos raros membros da última diretoria da União Nacional dos Estudantes a escapar com vida, um dos poucos a não ser assassinado pela ditadura.

Venho de uma geração de líderes estudantis dizimada. Um por um, foram tombando muitos dos heróicos combatentes da minha época que deram o melhor de si para por um fim na exploração do nosso povo. Assassinados nas ruas, assassinados nos cárceres, e às vezes nas suas próprias casas brutalmente invadidas pela repressão sanguinária. Outros tantos, foram presos e torturados ou tiveram que sair do país para não terem o mesmo destino.

Sofrendo intensa perseguição, para continuar servindo, à causa popular, tive que me refugiar na clandestinidade por mais de 10 anos, estando exilada em meu próprio país. Eis porque só reapareço agora, quando a ditadura militar não tem mais condições de assassinar impunemente os que de corpo e alma buscam varrê-la da face da terra.

A UEE agora reconstruída tijolo por tijolo tem um grande passado. De acertos, mas também de erros. Estes não foram poucos, é certo. Mas poucos pesam se levamos em

consideração a sua história como uma prova insofismável de que os estudantes mineiros, assim como os dos outros Estados, sempre estiveram ao lado das amplas camadas exploradas da nossa sociedade.

Companheiros, se agora falo deste passado é porque antes não pudemos prestar contas aos estudantes mineiros do período em que estivemos à frente da UEE/MG. E isto não dependeu da nossa vontade. Mas falo principalmente para ligar o ontem com o aqui e agora, na certeza de que os acertos do passado são um acervo para o presente e que os erros por nós cometidos serão hoje evitados.

Os estudantes mineiros foram os primeiros a revelar que os trabalhadores e o povo brasileiro não aceitaram a supressão das liberdades políticas, o fechamento dos sindicatos e entidades como a UNE, as prisões e cassações das lideranças populares, o arrocho salarial, a política econômica e social da ditadura, a censura à imprensa, à cultura e às artes como um todo. A passeata dos calouros de 1966, em Belo Horizonte, a primeira do país após o golpe militar, foi um claro sintoma da indignação popular que cedo iria varrer o país de ponta a ponta.

Quando logo em seguida voltamos às ruas de Belo Horizonte trajados de preto para protestar contra a repressão aos calouros, dávamos uma clara demonstração de que o Brasil estava de luto, que repudiava o regime militar imposto ao nosso povo pelo argumento dos canhões.

Coube à União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais a missão de garantir a realização do XXVIII Congresso da União Nacional dos Estudantes, o primeiro grande passo dado pelos universitários brasileiros após o golpe de 1964. A ditadura fez de Belo Horizonte uma praça de Guerra para evitar o Congresso da UNE. Em cada esquina um soldado, em cada estrada uma barreira policial para impedir o acesso ao Estado. Tudo isto foi em vão. Os estudantes ludibriaram a repressão, deixando-a atônita com a realização do Congresso da UNE num convento.

Desmoralizada com a realização do Congresso da UNE, a ditadura despejou o seu ódio na UEE mineira passando a considerá-la ilegal. Os bens da UEE são saqueados, sua sede invadida, seus diretores cassados em todo o Estado. Mas a União Estadual dos Estudantes continuou viva no coração dos universitários mineiros e atuando nas escolas.

E, para desespero do regime militar, a União Estadual dos Estudantes fez o seu Congresso de 1967 da forma mais ousada possível. Através de eleições diretas nas escolas, elegeu a sua nova diretoria. O acervo de luta dos estudantes deste período não é pequeno. Quando a política educacional elitista do regime militar buscou transformar o IMACO e o Colégio Municipal numa fundação e impor a política de cobrança de anuidades, a UEE se colocou à frente dos estudantes e, unindo-se aos setores populares que se beneficiavam daquelas escolas, inviabilizou tal medida, deflagrando uma luta que sensibilizou Belo Horizonte. Quando as condições de vida dos estudantes viram-se ameaçadas pela tentativa do regime de aumentar exorbitantemente os preços dos restaurantes universitários, a UEE mobilizou

os universitários mineiros e conquistamos mais uma vitória.

Tão pouco aceitamos calados os crimes cometidos pelo regime contra os estudantes e o povo. Unimos a nossa voz a todos os estudantes brasileiros e a tantos quantos foram às ruas para gritar bem alto a sua indignação contra o assassinato do jovem estudante Edson Luís, vítima da tragédia do Calabouço, na Guanabara. Repudiamos a brutal repressão deflagrada pelo então Coronel Otávio Aguiar Medeiros, atual chefe do SNI, que veio a Minas em 1968 para reprimir os estudantes e os trabalhadores. E, quando os operários de Contagem pararam as máquinas neste ano para dizer não ao salário de fome, nos colocamos ao lado dos trabalhadores, manifestando a nossa ativa solidariedade política e material. Expressando ainda a nossa solidariedade ao povo do Vietnam.

Companheiros, este é um dos períodos de lutas vivido pela UEE agora reconstruída por vocês. Foi por este passado que ela foi duramente perseguida com o advento do AI-5, quando a feroz repressão do regime e as chacinas por ele cometidas impediram que a União Estadual dos Estudantes continuasse a existir. Se o seu passado justifica o orgulho dos estudantes para com a sua entidade, ele não foi só de acertos. Certamente, os erros por nós cometidos contribuíram para o seu enfraquecimento e para que a UEE fosse mais rudemente atingida pelo regime.

Em certo sentido, em alguns momentos nos isolamos do conjunto dos estudantes e não fizemos todos os esforços necessários para que estes não se apartassem do conjunto das camadas populares. Ignoramos que se avizinhava um descenso do movimento e uma conjuntura profundamente adversa com a intensificação da repressão. Ou seja, não nos preparamos para enfrentar o AI-5. E também em muitos momentos a exarcebção das divergências entre as lideranças estudantis só serviram para enfraquecer as nossas entidades, entre elas a própria UEE.

Creio que se hoje tais erros forem evitados, a União Estadual dos Estudantes ressurgirá com uma força muito mais profunda do que a do passado.

Companheiros, pertenci à diretoria da União Nacional dos Estudantes num dos períodos mais negros da história do Brasil, quando ser diretor da UNE era visto pelo regime como um dos mais graves crimes. Após o insucesso do Congresso de Ibiúna, a UNE teve que atuar nas condições das mais difíceis e o seu acesso às escolas era constantemente bloqueado pela ação dos algozes do nosso povo. Mesmo assim, ainda conseguimos, dentre outras lutas, fazer campanha de denúncias das torturas e assassinatos que à época sequer eram divulgados pela imprensa, tal era o rigor da censura, e encaminhar nacionalmente a luta contra o decreto 477.

Foi a época do Brasil Grande-Potência. A época da euforia falaciosa e dos assassinatos a sangue-frio de centenas de combatente populares, entre os quais muitos ex-diretores da União Nacional dos Estudantes, como José Carlos da Mata Machado, Gildo Lacerda, Humberto Câmara, Helenira, José Arantes e Honestino Guimarães. Certamente tais mortes

não foram em vão e estes nossos mártires estão e estarão sempre presentes em nossas mentes e em nossos corações. E, seguramente, os porões da ditadura, onde eles foram assassinados, não continuarão acobertados pelas trevas impostas pela força e pelo terror. O aparato repressivo do regime não continuará inviolável e os torturadores e assassinos – mandantes ou executores – não seguirão impunes. A justiça popular acabará por cobrar aos donos do poder – um por um – suas dívidas de sangue para com o povo.

Mas, companheiros, muitas águas correram por debaixo da ponte nos últimos anos. E, certamente, elas não desaguaram nos moinhos do regime militar. O Todo-Poderoso regime da época do “milagre econômico” e do “Brasil ame-o ou Deixe-o” – quando os generais alimentavam o sonho da ditadura de mil anos – assiste atônito, a tempestade popular que agora ameaça varrer o país de norte a sul, de leste a oeste.

A corroer as vísceras do regime, estão aí uma inflação de mais de 50%, uma dívida externa que, tal qual uma bola de neve, já chega à casa de 50 bilhões de dólares, uma crise energética para a qual ele não tem nenhuma solução imediata. Os tempos são outros e já não é possível sustentar-se no poder unicamente à base de uma política de repressão, à base de chumbo grosso. Vislumbrando a hipótese de cair no abismo, a ditadura busca mudar o curso do seu barco antes que ele afunde com todos os ratos dentro. E o faz acenando com a promessa de “transformar o Brasil numa democracia”, cujos resultados finais já conhecemos antecipadamente.

A mudança do regime que a ditadura vem imprimindo não implicará na perda do controle político pelas classes dominantes e na “democracia a la Figueiredo” os trabalhadores e o povo continuarão a sofrer a exploração capitalista, marginalizados do processo político brasileiro, se isto depender apenas da vontade dos diversos setores burgueses e de seus representantes que se perpetuam no poder há já 15 anos. Entretanto, sabem os arautos do regime que a hipótese das forças populares inviabilizarem o seu projeto de auto-reformas é uma possibilidade concreta e que estas forças podem dar o seu selo próprio na solução da crise econômica, social e política do país.

São inúteis os esforços dos mágicos palacianos para enganar a todos com as suas medidas liberalizantes. A parafernália do projeto governamental de uma anistia capenga e tacanha equipara-se à vitória de Pirro, desmascarada que foi pela heróica greve de 32 dias dos presos políticos, pelas manifestações existentes em todo o país, como a de 25 mil pessoas da Guanabara, pela conquista de uma anistia ampla, geral e irrestrita. A ditadura teve que se consolar com o fato de seu projeto ter sido aprovado no Congresso por uma escassa vantagem de cinco votos e de assistir alguns de seus tradicionais serviçais votarem contra o mesquinho projeto de anistia, tal foi a pressão popular.

Para as forças populares de oposição, os resultados indicam a justeza dos que sem meias palavras, denunciaram com vigor o absurdo de uma anistia que deixou preso quem já estava, que não restabeleceu plenamente os direitos dos que parcialmente foram beneficiados pelo projeto governamental e que só é amplamente para com os torturadores. Ou seja, indicam

que foi mais do que justa a atitude de denunciar o projeto governamental e de exigir uma anistia ampla, geral e irrestrita, punição para os torturadores e o desmantelamento dos órgãos repressivos.

E o regime já aciona a sua próxima cartada. Aciona uma “reforma partidária” na qual busca ter o controle das regras do jogo e inviabilizar a livre expressão partidária das forças populares. Mas estas, assim como souberam dar uma resposta ao mesquinho projeto de anistia parcial, não ficarão e braços cruzados e saberão se contrapor à reforma partidária do regime. E o farão tanto exigindo a plena liberdade partidária, inclusive para as organizações marxistas leninistas, como realizando esforços para que os trabalhadores se organizem politicamente e para que tenham uma alternativa própria na presente rearticulação partidária.

Tal alternativa não é o MDB, que, como detentor do monopólio da oposição legal tem combatido o regime nos marcos do consentido, nos marcos da moderação liberal burguesa, não satisfazendo, portanto, ao movimento operário e popular que clama pela derrubada do regime. Tal alternativa é, seguramente, um partido popular comprometido com a causa dos trabalhadores e do povo, com a derrubada da ditadura e o seu desbaratamento radical, com a conquista das liberdades democráticas, com a resolução das questões econômicas e sociais causadoras do estado de extrema penúria do nosso povo, e com uma saída popular para a presente crise do regime. Um partido que congregue no seu interior todas as forças populares.

Fatos como a grande greve do ABC, de funcionários públicos, de professores, de vastas camadas de assalariados em todos os Estados, são importantes acontecimentos da conjuntura nacional e uma prova incontestada de que o atual movimento operário e popular se fortalece de luta em luta, de vitória em vitória. A cassação de líderes sindicais, prisões de grevistas e as pancadarias promovidas pela polícia são impotentes para arrefecer o atual movimento de massas. E, nele, os trabalhadores estão transformando em letra-morta o arrocho salarial e a lei anti-greve. Cresce nas camadas trabalhadoras o desejo de conquistar uma Central Única dos Trabalhadores totalmente desatrelada dos aparelhos estatais e a plena liberdade sindical. Por sua vez, os estudantes fizeram o regime engolir a seco a reconstrução da gloriosa União Nacional dos Estudantes, justamente a UNE que eles se esmeraram em perseguir anos a fio.

O atual movimento político brasileiro nos coloca a responsabilidade de transformar o presente movimento de massas num amplo e unificado movimento político capaz de inviabilizar a reforma do regime e de gerar uma alternativa popular para a crise econômico social e política. Se for forjada a unidade popular, conseguiremos por um fim no regime militar, promover o mais amplo desbaratamento de seus aparelhos e instituições, a punição para os torturadores e responsáveis por crimes políticos, conquistar uma anistia ampla, geral e irrestrita, enfrentar as graves questões econômicas e sociais do nosso país, conquistar as liberdades democráticas. Só com a unidade popular é possível gerar uma alternativa para a presente crise que represente um acúmulo de forças para os trabalhadores e um passo dado na

conquista de uma sociedade socialista e na destruição da ordem burguesa, pois só assim conseguiremos solucionar radicalmente os problemas estruturais da sociedade brasileira.

A União Estadual dos Estudantes renasce num momento em que um verdadeiro cataclisma tomou conta de Minas Gerais: a profunda convulsão social através da qual operários da construção civil, bancários, comerciários, metalúrgicos, caminhoneiros, professores rebelam-se contra as profundas injustiças sociais agravadas pelo “milagre mineiro” – versão acanhada das falácias Delfinianas. Refugiado no Palácio ironicamente chamado de Liberdade, o delegado da Ditadura, Francelino Pereira, curte a sua solidão política e treme ante a incômoda presença de serventes e pedreiros nas agitadas ruas de Belo Horizonte. Colhe ele agora, os frutos do que o regime militar semeou em Minas Gerais.

Como segundo pólo de concentração operária do país, Belo Horizonte foi vítima de uma política de terra arrasada aplicada pelo desenvolvimento capitalista. Milhares de nordestinos acorreram a Minas Gerais na ilusão de aqui encontrar o Eldorado e hoje padecem nas 800 favelas que marcam a fisionomia de Belo Horizonte. Aqui, o custo de vida de 69% bate de longe os índices nacionais. Eis porque os trabalhadores vão com os seus olhos de inanição expor a sua fome nas ruas e eis porque a quase totalidade da população mineira nutre uma profunda simpatia pelos movimentos grevistas.

Como sempre, a ditadura respondeu às legítimas reivindicações das camadas pobres com uma brutal repressão e novas vítimas tombaram. Os assassinatos, entretanto dos dois operários mineiros longe de arrefecer os ânimos só aumenta a disposição de luta dos trabalhadores e eles serão cobrados no devido tempo. Com certeza, a reconstrução da União Estadual dos Estudantes só virá fortalecer o movimento operário e popular mineiro, pois com a reconstrução da sua entidade estadual os estudantes poderão dar melhores provas de sua solidariedade aos outros setores populares, dando continuidade à tradição dos estudantes mineiros de se colocarem ao lado dos trabalhadores de Contagem e demais assalariados.

Uma nova jornada se coloca agora para os estudantes mineiros, com a realização deste Congresso. Depois de darem a sua parcela de contribuição para que a União Nacional dos Estudantes ressurgisse no cenário nacional, vão reconstruir a sua UEE, gostem ou não gostem os mandantes do nosso país. E assim como a ditadura teve que engolir a seco a reconstrução da UNE, vai também engolir a reconstrução da União Estadual dos Estudantes mineiros. Sabemos que a UEE esteve estes anos todos no coração e na atividade política de todos os estudantes, mas agora, quando ela deixa de ser um desejo para ser materialização de uma vontade coletiva, os estudantes poderão melhor unificar as suas lutas, combater melhor a atual estrutura educacional totalmente voltada para os interesses dos grandes capitalistas.

Agora será mais fácil os estudantes se unirem com os trabalhadores e o povo, e de braços dados com eles, lutar pela derrubada do atual regime militar.

Ao reconstruir a UEE, os estudantes de Minas Gerais honram o nosso passado, honram os que, unicamente porque foram assassinados não podem estar presentes neste Congresso. E mais: abrem uma vereda pela qual pode-se caminhar rumo ao futuro. Este

certamente nos pertence, pois não há elite por mais prolongada que seja que não tenham o seu dia. E os que buscam puxar a história para trás tem motivos para ficarem preocupados com o ressurgimento da União Estadual dos Estudantes. Sim, os estudantes mineiros, como de resto todo o povo brasileiro, querem tomar de assalto o céu. Querem fazer a história com as suas próprias mãos, querem que do calor que sai das greves operárias e das lutas populares surja um fogo tão forte que seja capaz de incendiar toda a podridão criada pelo capital nacional e estrangeiro e alimentada pelo regime de ditadura militar.

Viva a União Nacional dos Estudantes

Viva a União Estadual dos Estudantes

A UNE somos Nós.

A UEE somos nós.

Anexo: Carta de José Benedito Neves (Prefeito de Ouro Preto) à Comissão de Inquérito

Ouro Preto, 14 de maio de 1964.

Exmo. Sr.

Dr. Antônio Pinheiro Filho

DD. Presidente da Comissão de Inquérito designada pelo Exmo. Sr. Diretor da Escola Nacional de Minas e Metalurgia

OURO PRÊTO”

Recebi o ofício de V. Excia.

Não respondi a ele há mais dias porque esperava colher dados concretos a fim de dar a Vv. Excias. informações honestas, imparciais e sinceras.

Não consegui, no entanto, algo de novo pra levar á presença de Vv. Excias.

Só tenho conhecimento da prisão de alguns estudantes matriculados desta veneranda Escola, fruto que não constitui nenhuma novidade para Vv. Excias. Não sei do que se apurou dos mesmos na Delegacia local ou em Belo Horizonte.

Desta maneira ficam Vv. Excias. cientes de que, por enquanto, nada de concreto e positivo de professores, funcionários e estudantes que trabalham e estudam nesse modelar estabelecimento.

Valho-me da feliz oportunidade para levar ao conhecimento de Vv. Excias e dos dignos Diretores da Escola de Minas, a meritória, patriótica e abnegada atuação de vários estudantes aí matriculados que, conosco, permaneceram noites e noites constante vigília a lares de varias famílias e autoridades desta cidade, na fase aguda da revolução de 31.3.64.

Na qualidade de prefeito municipal e um dos responsáveis pela ordem e tranqüilidade da família ouropretana, mister se torna proclamar alto e a bom som a dívida insolvável de

gratidão que a comunidade, onde vivemos, contraiu para com estes jovens que deixaram o comodismo, o conforto e suas primeiras obrigações para, patriótica e corajosamente, ajudar-nos no policiamento da cidade.

Creia Vv. Excias que a nossa grande Pátria e os pósteros hão de agradecer os esforços e desprendimentos com que, honestamente, estão Vv. Excias. cuidando de averiguar se, na Comunidade da benemérita Escola, existem elementos nocivos que desejam deslustrar o ambiente democrático e saturado de sublimes lições e sublimes exemplos de brasilidade, que sempre foram o apanágio do velho glorioso solar de Gorceix.

Se, no meu conhecimento, chegar algo de nôvo, que envolva pessoas militantes nessa casa, incontinentemente, apressar-me-ei a dar-lhes ciência do fato.

Com os protestos de alta estima e grande consideração, cordialmente.

José Benedito Neves
Prefeito Municipal

Anexo: Carta do Padre José da Rocha Filgueiras à Comissão de Inquérito

Ouro Preto, 20 de maio de 1964.

Ilmo. Senhor
Professor Antônio Pinheiro Filho

Agradeço a atenção do Ofício de V. Excia., datado de 29 de abril de 1964.

Louvando a iniciativa, tão apropriada á hora presente, com meus aplausos á Diretoria da Escola pela escolha dos membros da Comissão de Inquérito, peço vênia para o seguinte esclarecimento:

Pouco relacionado com os movimentos estudantis da mocidade de Curso Superior, desta Cidade, não disponho de elementos seguros que me possibilitem acusação, denúncia ou suspeita de membros dos Corpos Docente ou Discente dessa egrégia e veneranda Escola pela qual tenho a máxima estima e reverência.

DD. Presidente da Comissão de Inquérito.
Escola de Minas de Ouro Preto

Cordialmente firmo-me amigo e patricio admirador

Padre José da Rocha Filgueiras
Diretor do Colégio Arquidiocesano

ANEXO: Carta de José Campos Machado Alvim à Comissão

Saramenha, 5 de Maio de 1964.

Dr. Antônio Pinheiro Filho
Escola de Minas de Ouro Preto

Respondendo a sua circular sobre o artigo 8º do Ato Institucional, informo-lhe que desconheço qualquer fato que torne pessoas do corpo docente ou discente desta Escola, incurso neste artigo.

Atenciosamente,

José Campos Machado Alvim

ANEXO: Carta do Capitão Antônio Pedro à Comissão

Ilmos Senhores Membros da Comissão de Inquérito da ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO.

Atendendo a solicitação de Vs. Ss, em officio de 29 de Abril próximo findo, ontem recebido, informo-lhes que:

- a) – O meu conhecimento com o pessoal dessa ESCOLA é superficial, nunca tendo passado de relações de cortesia.
- b) – Não faço parte de correntes políticas partidárias, nem frequento reuniões de espécie alguma, portanto, não sei dizer se existe ou se existiu nessa ESCOLA, elementos que possam ser apontados como incurso no que estabelecesse o artigo 8º do ATO INSTITUCIONAL.

Ouro Preto, 6 de Maio de 1964.

Atenciosamente subscreve

Antônio Pedro – Cap. R/1

Anexo: Carta do Professor José de Miranda Tepedino à Comissão

Ouro Preto, 15 de Maio de 1964.

Comissão de Inquérito para apuração das responsabilidades a que se refere o Art. 8º do Ato Institucional na Escola de Minas

Prezados Senhores

Atendendo à solicitação de V. Sas., tenho a declarar o seguinte:

a) Entendo que qualquer denúncia, notadamente partindo de elemento refestido das responsabilidades de professor, deveria ser fundada, se não em provas, ao menos em sérios indícios de atividades subversivas;

b) Assim, e carecendo desses elementos, abstenho-me de indicar qualquer indivíduo, dentro e fora da Escola, que esteja incurso no artigo, acima citado, do Ato Institucional.

Permanecendo à inteira disposição de V. Sas., subscrevo-me.

Atenciosamente,

José de Miranda Tepedino

Anexo: carta do Professor Walter José Von Kruger à Comissão

Ouro Preto, 19 de Maio de 1964.

À Comissão de Inquérito para Apuras as Responsabilidades a que se refere o artigo 8º do Ato Institucional

Prezados Senhores

Em atenção ao ofício de 29 de Abril de 1964, em que me solicitam informações que possam vir a ajudar a “limpar” o país de elementos nocivos, tenho a declarar o seguinte:

Durante todo o período do governo antecedente, combati com todas as forças os atos

de indisciplina e de desmoralização a que vinha o ensino sendo submetido. Este combate foi, entretanto, feito sem visar ou individualizar pessoas; o que me impede, no momento, de indicar a esta comissão nome de elementos que devessem ser inqueridos ou mesmo presos.

Atenciosamente,

Walter José von Kruger

Anexo: Carta do Professor Theodorico da Cruz À Comissão de Inquérito (1964)

Ilmo. Sr. Prof. Antônio Pinheiro Filho
DD. Presidente da Comissão de Inquérito

Sr. Presidente:

Em resposta ao ofício circular de 29/4/64 de V. Sa., declaro não possuir informação fidedigna sobre atos contra o regime democrático praticados por servidores e alunos desta Escola.

Aproveito do ensejo para apresentar a V. Sa. atenciosas saudações.

Theodorico da Cruz

Anexo: Carta de Eponina e Sousa Ruas À Comissão

Colégio Arquidiocesano
Ouro Preto, 9 de Maio de 1964.

Exmo. Sr. Dr. Antônio Pinheiro Filho
M. D. Presidente da Comissão de Inquérito,
(Artigo 8º do Ato Institucional,
ESCOLA DE MINAS - - NESTA.

Em meu poder o ofício de V. Excía datado de 29/4/64 em que me solicita o pronunciamento sobre os Corpos docente, discente e Administrativo desta ESCOLA, no tocante ao supracitado artigo em pauta.

Devo declarar a V. Excía que desconheço inteiramente caso que venha a enquadrar-se no que me é inquirido, adiantando-lhe que, se o soubesse, por dever de cooperação cívica, por

bem do nosso País, teria que apontá-lo às sanções benéficas de um saneamento patriótico.
Era o que tenho a dizer a V. Excia com as minhas saudações,

Eponina e Sousa Ruas
Inspetora de Ensino Secundário

Ouro Preto, 9 de maio de 1964.

Exmo. Sr. Dr.
ANTÔNIO PINHEIRO FILHO
D. D. Presidente da Comissão de Inquérito da Escola de Minas
OURO PRÊTO.

Prezado Senhor,

Respondendo ao seu ofício do corrente mês, subscrito por V. Excia e demais membros da comissão de Inquérito visando à apuração das responsabilidades a que se refere o artigo 8º do Ato Institucional, sinto-me no dever de informar a V. Excia que desconheço qualquer ato ou fato que se enquadre no referido artigo 8º como praticados por elementos dos corpos docente, discente e administrativo desse conceituado estabelecimento de ensino.

Com elevado apreço e distinta consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Antônio Fortes
Professor da Escola de Farmácia

ANEXO: Antônio Carlos Bicalho Lana: a trajetória de um guerrilheiro
Por Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos

* Texto reproduzido do livro: KUSHNIR, Beatriz (org.). Perfis Cruzados: Trajetórias e Militância Política no Brasil. São Paulo: Imago, 2002. A biografia do autor na época da publicação do texto era a seguinte: Graduado em História pela USP e mestrando em História Social pela USP. Coordenador da equipe do projeto "Mapeamento e Sistematização do acervo DEOPS/SP".

*Para ser grande, sê inteiro: nada
 Teu exagera ou exclui.
 Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
 No mínimo que fazes.
 Assim em cada lago a lua toda
 Brilha, porque alta vive.
 Ricardo Reis/Fernando Pessoa).*

Introdução

O que se terá a seguir é a história de um homem que, na sua adolescência, deparou-se com as desigualdades sociais e sensibilizou-se. Participou do movimento estudantil de sua pequena cidade natal e engajou-se no combate ao regime militar e na luta pelo socialismo. Esteve em Cuba, onde participou de treinamento guerrilheiro. Morreu muito jovem, com apenas 24 anos, depois das torturas que lhe foram infligidas pelo aparelho de repressão do regime.

Embora se trate da trajetória de Antônio Carlos Bicalho Lana, esta história poderia ser também a de tantos outros brasileiros e brasileiras que nasceram no final da década de 1940 e início da seguinte e participaram da luta armada. Em certo sentido, é a história de uma geração⁷.

Contexto

Usualmente, quando se analisa a questão da luta armada no Brasil, o ponto de vista adotado é o de que os guerrilheiros não passavam de pessoas ingênuas, iludidas em suas boas intenções. Embora condescendente, este tipo de visão desloca a atuação dos agrupamentos da esquerda armada do seu contexto histórico. Assim, é preciso anotar alguma características do período que abrange a segunda metade da década de 1960 e o início da seguinte que constituíram o pano de fundo indispensável onde as ações guerrilheiras se desenrolaram.

⁷ Devo dizer, inicialmente, que sou muito grato a todas as pessoas que se dispuseram a fornecer informações fundamentais para que este texto pudesse ser escrito: Adalgisa Gomes de Lana, Adolfo Paulo Bicalho Lana, Amparo Araujo, Antônio de Pádua, Arnaldo Fortes Drumond, Carlos Eugênio Paz, Eliane Bicalho Lana, Elídio Lana, Hamilton Pereira da Silva, Marco Antônio Victoria Barros, Moema São Tiago e Ricardo Apgaua. Evidentemente, todos estão isentos de quaisquer impropriedades cometidas pelo autor no uso destas informações. Quero também agradecer a Regiane Augusto de Mattos, companheira de fato e de direito, pelo apoio habitual, pela leitura atenta dos originais e pelas sugestões dadas.

No panorama mundial, guerras de libertação nacional empreendidas por países periféricos como Argélia, Vietnã e, principalmente, Cuba empolgavam revolucionários de todo o mundo. Movimentos contestadores da ordem vigente das mais variadas naturezas, como o *hippie*, o feminista e os de luta armada brotavam nos quatro cantos do mundo. A contestação atingia até os partidos comunistas tradicionais, aliados da União Soviética, considerados burocráticos e ineficazes para promover a revolução socialista. Para muitos, o modelo de luta revolucionária agora era o das guerrilhas, que tinha em Che Guevara e na Revolução Cubana seus maiores expoentes.

No âmbito brasileiro, o país havia experimentado por quase duas décadas uma situação de relativa democracia que propiciou a politização de setores populares e médios da sociedade. No governo Goulart, boa parte destas camadas engrossaram as fileiras dos que exigiam as “reformas de base”: transformações de ordem educacional, tributária, agrária e outras que provocassem uma distribuição mais igualitária de direitos e rendas. A ampla mobilização política em torno das “reformas de base” foi interrompida pelo golpe de março de 1964. Os novos donos do poder imprimiram uma política de Estado voltada para o desenvolvimento capitalista baseado na dependência externa, com o conseqüente aprofundamento da desigualdade social. As manifestações de oposição ao regime foram, em geral, reprimidas severamente.

Dentro das esquerdas brasileiras também houve um amplo questionamento dos partidos e organizações comunistas tradicionais, o que foi agravado pela falta de resistência ao golpe civil-militar por parte destas agremiações, que passaram a sofrer perdas de muitos militantes e originaram várias dissidências. Boa parte das organizações surgidas a partir destas dissidências propugnava a guerra de guerrilhas, principalmente no campo, como meio para se atingir o socialismo e derrotar o regime implantado em 1964⁸.

No campo artístico, muitas manifestações atacavam a opressão do governo e comungavam na utopia socialista. Geraldo Vandré empolgava multidões com *Caminhando*, clamando às pessoas que se engajassem na luta.

Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente)

Nascido em Ouro Preto, Minas Gerais, no dia 2 de março de 1949, Antônio Carlos foi o quinto dos quatorze filhos de Adolfo Bicalho Lana e Adalgiza Gomes de Lana. A família

⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre o contexto de surgimento de várias dissidências do PCB e de outros partidos e organizações tradicionais de esquerda em meados da década de 1960 ver: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: EDUNESP, 1993; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

era bastante conhecida na cidade, onde possuía um armazém que, mais tarde, foi ampliado e transformado em supermercado.

Antônio Carlos cursou o primário no Grupo Escolar Dom Pedro II e o ginásial na Escola Municipal Marília de Dirceu, onde também começou o curso científico, que não foi concluído por conta de sua mudança para Belo Horizonte⁹. Não se pode dizer que Antônio Carlos fosse especialmente estudioso, dedicando-se prioritariamente às suas atividades político-estudantis¹⁰.

Desde pelo menos 1965, Antônio Carlos encontrava-se envolvido em atividades políticas em sua cidade natal. Ouro Preto tinha certa tradição em termos de movimento estudantil, principalmente devido à presença de estudantes universitários na cidade. Neste período, pode-se destacar a presença de um personagem bastante importante na trajetória de Antônio Carlos. Tratava-se de José Pedro Mendes Barros, o padre Mendes, sacerdote ligado à Ação Católica e identificado com a linha progressista que parte da Igreja Católica havia assumido naquele período. O padre Mendes dirigia o Grêmio Literário Tristão de Athayde (GLTA), onde se desenrolavam projeções de filmes, montagens de peças teatrais, palestras sobre variados temas e discussões sobre literatura. O grêmio agregava, principalmente, pessoas descontentes com o regime, algumas das quais pertenciam a organizações clandestinadas de esquerda. Entre 1965 e 1968, Antônio Carlos freqüentou o grêmio, que neste período editou dois jornais: *A Voz do GLTA* e *Jornal de Ouro Preto*. Neste último Antônio Carlos autou como repórter, o que lhe proporcionou contato com a situação da periferia da cidade, experiência que parece lhe ter marcado¹¹. Segundo sua mãe.

“Ele viu muita miséria por estes morros, ele falava comigo: “Mamãe, tem que mudar, é demais, a senhora não imagina: criança passando fome, sem ter lugar onde dormir, dormindo no chão. Tem que mudar”¹².

Quando já freqüentava o grêmio, passou a atuar, também, na União Colegial Oupretana. Em 1967, os estudantes engajados na oposição ao regime venceram as eleições da entidade, derrotando o grupo até então hegemônico que se posicionava a favor do governo

⁹ Existem algumas informações biográficas sobre Antônio Carlos em: MIRANDA, Nilmário, TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 1999, PP. 116-120; DOSSIÊ DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. São Paulo, IMESP, 1996, PP. 178-180.

¹⁰ Entrevista com Elídio Lana, Belo Horizonte, 10/12/2000.

¹¹ Entrevista com Marco Antônio Victoria Barros, Belo Horizonte, 13/12/2000; Entrevista com Arnaldo Fortes Drummond, Ouro Preto, 12/12/2000; Entrevista com Antônio de Pádua, Belo Horizonte, 13/12/2000.

¹² Entrevista com Adalgiza Gomes de Lana, Ouro Preto, Ouro Preto, 12/12/2000.

militar. Marco Antônio Barros, presidente da União Colegial em 1967, destaca que, embora Antônio Carlos não fosse membro da diretoria, era uma das pessoas mais ativas na entidade:

“[Por volta de 1967] O Antônio Carlos passou a participar da entidade e, principalmente, da organização de uma Semana dos Estudantes, onde nós trouxemos intelectuais de outros lugares, fizemos painéis, eventos de música popular, teatro ... Então, nesta Semana, o Cauzinho [Antônio Carlos] teve uma participação muito importante, principalmente na parte de infra-estrutura; ele era um cara muito batalhador, esforçado. Ele era muito importante neste processo de organização porque ele participava na prática, ele teve um destaque muito grande nesta época”¹³.

Os pais não viam com bons olhos o envolvimento de Antônio Carlos nestas atividades de política estudantil, receando pelos riscos que poderia correr. Constantemente seu Adolfo alertava dona Adalgisa para as reuniões que o filho empreendia com os amigos nos porões de sua casa, desconfiando de que se tratassem de questões políticas. Antônio Carlos não escondia dos pais seus ideais de justiça social. Em certa ocasião, ele, que ajudava esporadicamente o pai no armazém, disse-lhe que era preciso dividir seus lucros com os empregados, para espanto do mesmo. Noutra ocasião, demonstrou sua desaprovação com relação ao fato de que a senhora que trabalhava como empregada doméstica em sua casa não pudesse se sentar à mesa com a família na hora das refeições¹⁴.

Paralelamente à participação no movimento estudantil secundarista, Antônio Carlos estava integrado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, à Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

Em Belo Horizonte estava localizado o núcleo dirigente da Corrente, do qual fazia parte Mário Alves, que havia pertencido ao Comitê Central do PCB e, posteriormente, fundou, com Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e outros, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Também pertenciam à direção da organização Ricardo Apgaua, Gilney Viana, José Júlio de Araújo e Mário Roberto Galhardo Zanconato¹⁵. Surgida em 1967, a partir de uma luta interna do PCB mineiro, a Corrente contava majoritariamente com estudantes e servidores públicos nos seus quadros. Ainda em 1967, a organização divulgou o documento “Orientação básica para atuação: 20 pontos”, onde expunha sua linha

¹³ Entrevista com Marco Antônio Victoria Barros, 13/12/2000.

¹⁴ Entrevista com Adalgiza Gomes de Lana, Ouro Preto, Ouro Preto, 12/12/2000.

¹⁵ Entrevista com Arnaldo Fortes Drumond, Ouro Preto, 12/12/2000; entrevista por telefone com Ricardo Apgaua, Belo Horizonte (São Paulo), 4/1/2001.

programática. Propugnava-se a preparação imediata de ações armadas, que objetivariam a obtenção de recursos para a instalação de infra-estrutura guerrilheira no campo¹⁶.

Em Ouro Preto, a Corrente era dirigida por Hécio Pereira Fortes¹⁷, aluno da Escola Técnica, que havia militado no PCB desde 1963. No período imediatamente posterior ao golpe de março de 1964, Hécio dedicou-se à tarefa de reagrupar as pessoas que pertenciam ao PCB e haviam se desorganizado por conta da repressão policial-militar que se abateu sobre elas. Além disto, procurou atrair novos militantes, como foi o caso de Antônio Carlos. Acabou por constituir um grupo formado, principalmente por estudantes secundaristas, universitários e operários da Fábrica Alcan (que produzia alumínio). Em 1967, este grupo rompeu com o PCB e integrou-se à Corrente¹⁸.

Como militante da Corrente, em Ouro Preto, Antônio Carlos, além de desenvolver trabalho no movimento estudantil, dedicou-se ao movimento operário. Juntamente com o amigo e também militante da organização, Arnaldo Drumond, estabeleceu relações com operários da Alcan, situada no bairro de Saramenha. Procuravam contribuir na organização sindical dos trabalhadores e chegaram a editar e distribuir um jornal onde denunciavam abusos da fábrica contra seus empregados¹⁹. Os grupos revolucionários atribuíam grande importância ao movimento junto aos operários, pois seriam eles os protagonistas fundamentais na revolução brasileira.

No início do segundo semestre de 1968, Antônio Carlos mudou-se de Ouro Preto para Belo Horizonte. Contava, então, com 19 anos e a perspectiva de envolver-se cada vez mais com a militância revolucionária parecia não lhe assustar. Sabia que a transferência para Belo Horizonte implicaria, possivelmente, participações em ações armadas²⁰.

Em abril de 1968, a Corrente havia desempenhado importante papel na organização da greve de Contagem, cidade próxima a Belo Horizonte que reunia grande quantidade de indústrias. A greve mobilizou mais de 15.000 operários e obrigou o governo federal a conceder um reajuste salarial acima do teto oficial, o que foi considerado uma grande vitória dos trabalhadores, na medida em que contrariava a política de arrocho salarial do regime. Por

¹⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Projeto Brasil: nunca mais. Projeto A. Perfil dos atingidos. (tomo III)*, 1985, pp. 84-85.

¹⁷ Para mais informações biográficas sobre Hécio Fortes, que viria a ser assassinado pelo regime em 1972, ver: DOSSIÊ DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. São Paulo, IMESP, 1996, pp. 178-180.

¹⁸ Entrevista com Arnaldo Fortes Drumond, Ouro Preto, 12/12/2000; entrevista por telefone com Ricardo Apgaua, Belo Horizonte (São Paulo), 4/1/2001.

¹⁹ Entrevista com Arnaldo Apgaua, Belo Horizonte (São Paulo), 4/1/2001.

¹⁹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Projeto Brasil: nunca mais. Projeto A. Perfil dos atingidos. (tomo III)*, 1985, pp. 84-85.

¹⁹ Para mais informações biográficas sobre Hécio Fortes, que viria a ser assassinado pelo regime em 1972.

²⁰ Entrevista com Arnaldo Fortes Drumond, Ouro Preto, 12/12/2000.

outro lado, a greve significou uma decidida resistência à tentativas governamentais de controle sindical²¹.

No momento em que Antônio Carlos chegou a Belo Horizonte, a organização preparava-se para lançar ações de guerrilha urbana, montando um arsenal de armas e munições e treinando militarmente seus militantes. Algum tempo depois de sua chegada à capital mineira, Antônio Carlos foi mandado para Contagem, onde Hércio Fortes já estava estruturando a organização, procurando atrair contingentes operários²².

No segundo semestre de 1968, a Corrente deu início às ações armadas em Belo Horizonte, das quais Antônio Carlos participou. A partir daí, ele teve de entrar completamente na clandestinidade, pois as ações provocaram a reação dos organismos de repressão. Teve de suspender as eventuais visitas que fazia ao seu irmão mais velho, Adolfo Paulo, que estava em Belo Horizonte para prestar vestibular para o curso de medicina.

“Ele me visitava esporadicamente, talvez [tenha aparecido] umas duas vezes só, vendo que uma destas duas foi a última, ele veio para se despedir, veio falar que estava partindo para um esquema mais pesado, que se envolveria muito com a causa. Disse que não poderia dar o endereço, porque poderia inclusive me comprometer, que eu não me preocupasse, que era uma coisa que ele estava fazendo com muita clareza, que sabia dos riscos que estava correndo ... Às vezes eu penso ‘Puxa, eu não fiz nada para convencê-lo a não ir’, mas eu acho que não havia um jeito de convencê-lo a não ir, ele não veio pedir conselho, ele veio fazer um comunicado”²³.

Embora Antônio Carlos tenha iniciado sua trajetória política no movimento estudantil, esta militância foi, nos primeiros meses de 1968, abandonada em favor do engajamento pleno na luta armada. Durante o período 1965-1968, o movimento estudantil constituiu-se num dos mais importantes setores de combate ao regime. Presente em quase todo o território nacional, foi o responsável, naqueles anos, pelas maiores manifestações de protesto contra o governo autoritário. Os estudantes denunciavam as arbitrariedades governamentais, reivindicavam a expansão do ensino público e exigiam condições de vida dignas para a população pobre.

Os grupos clandestinos de esquerda faziam-se amplamente presentes nas entidades estudantis, julgando o movimento estudantil como local privilegiado de luta política. Foram muitos os que ingressaram nas organizações de luta armada na esteira de sua militância estudantil. Entendiam que o ativismo estritamente estudantil era incapaz de derrotar o regime

²¹ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.*, p. 155. ALVES, Maria Helena Moreira Alves. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, PP. 119-126.

²² Entrevista por telefone com Ricardo Apgaua, Belo Horizonte (São Paulo), 4/1/2001.

²³ Entrevista com Adolfo Paulo Bicalho Lana, Belo Horizonte, 11/12/2000.

e permitir a instalação do socialismo, o que apenas seria possível com um engajamento mais profundo. Assim, os agrupamentos que se lançaram à luta armada a partir de 1968 eram formados, em grande medida, de jovens estudantes. Quanto a isto, os dados referentes às pessoas processadas por envolvimento com os grupos armados são significativos: pelo menos 30% delas eram estudantes, embora o mais provável seja que representassem 50% dos processados²⁴. Quanto às pessoas processadas especificamente por envolvimento com a Corrente, os dados demonstram uma participação estudantil de cerca de 36% entre os processados, sendo que 25% de todos os processados da organização pertenciam à faixa dos 19 aos 21 anos²⁵.

No final de 1968, a Corrente estava selecionando militantes para fazer treinamento guerrilheiro em Cuba. Era através de esquemas montados pela ALN (Ação Libertadora Nacional) que os militantes da Corrente viajavam para Cuba. Como Antônio Carlos havia se destacado nas ações de guerrilha urbana executadas naquele ano, foi um dos escolhidos, juntamente com Ricardo Apgaua²⁶.

Assim, em dezembro daquele ano, Antônio Carlos e Ricardo Apgaua embarcaram para São Paulo. De lá, foram deslocados para Mongaguá, no litoral sul paulista. Aguardavam que a ALN providenciasse a documentação necessária para a viagem. De São Paulo viajaram para o Rio de Janeiro. No dia em que o regime baixou o Ato Institucional nº 5, 13 de dezembro, ambos tomaram um avião que os levou do Rio de Janeiro para a França. Começava, assim, uma longa viagem, que precisa ser tortuosa o suficiente para não chamar a atenção dos órgãos de repressão. Da França rumaram para a Itália e de lá para a Checoslováquia. Em seguida, foram finalmente para Cuba, onde chegaram nos últimos dias de 1968²⁷.

Em Cuba, Antônio Carlos, então com 20 anos, foi batizado “Cristiano”. Destacou-se no treinamento guerrilheiro, conquistando a admiração dos instrutores cubanos e de seus colegas de treinamento. Era esforçado e sua robustez física o ajudava nos árduos exercícios militares. Sua estada na ilha durou cerca de um ano e meio, tendo regressado ao Brasil no começo do segundo semestre de 1970²⁸.

Enquanto se encontrava no exterior, a Corrente havia sido praticamente desmantelada em Minas Gerais, com prisões de vários militantes no ano de 1969. No ano anterior, várias organizações de luta armada haviam se lançado à ação nas cidades com bastante êxito. Houve

²⁴ RIDENTI, Marcelo. *Op. Cit.*, p. 117. Ridenti explica que a participação estudantil nas organizações armadas pode ser superior a 30%, na medida em que muitos estudantes trabalhavam para custear seus estudos, figurando, assim, nos processos, com outras profissões que não a de estudante.

²⁵ RIDENTI, Marcelo, *op. cit.*, pp. 68 e 118.

²⁶ Entrevista com Marco Antônio Victoria Barros, Belo Horizonte, 13/12/2000; entrevista por telefone com Ricardo Apgaua, Belo Horizonte (São Paulo), 4/1/2001.

²⁷ Entrevista por telefone com Ricardo Apgaua, Belo Horizonte (São Paulo), 4/1/2001.

²⁸ Entrevista por telefone com Ricardo Apgaua, Belo Horizonte (São Paulo), 4/1/2001.

mesmo ações espetaculares, como o assalto ao trem pagador da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, realizado pela ALN, e o seqüestro do embaixador norte-americano pela ALN e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Os organismos de repressão estavam despreparados para combater a guerrilha, desconhecendo os métodos de atuação dos guerrilheiros. Entretanto, rapidamente, os organismos policiais e militares foram criados ou reorganizados, priorizando o combate aos agrupamentos de luta armada. O uso sistemático e calculado da tortura contra presos políticos, os assassinatos, a análise minuciosa de informações e a constituição de enormes arquivos foram alguns dos mais importantes procedimentos adotados na repressão à guerrilha. A partir de 1970, foram criados em todo o Brasil, inclusive em Belo Horizonte, os DOI-CODIs (Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), organismos comandados pelo Exército que coordenavam as ações contra a esquerda armada²⁹.

Com as prisões dos militantes da Corrente em 1969, o aparelho de repressão passou a conhecer a militância de Antônio Carlos na organização. Em julho do mesmo ano³⁰, teve sua prisão preventiva decretada pela Justiça Militar³¹. A edição da revista *O Cruzeiro* de 10 de março de 1970, numa reportagem sobre o desmantelamento da Corrente em Minas Gerais, publicou a fotografia de Antônio Carlos junto com a de outros militantes do grupo. A mesma reportagem apontava que 81 pessoas haviam sido indiciadas no inquérito policial-militar que apurou as atividades da organização, a maior parte delas tendo de 17 a 20 anos³².

Ao longo dos anos, os organismos de repressão foram acumulando grande quantidade de informações sobre as atividades políticas de Antônio Carlos. Em 1970, o Ministério do Exército já sabia de seu treinamento guerrilheiro em Cuba e de sua volta ao Brasil³³. Constantemente, seu nome figurava na lista dos militantes procurados e sua foto constava dos “Álbuns de terroristas e subversivos” elaborados pelo DEOPS/SP³⁴ (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo)³⁵.

Ação Libertadora Nacional

²⁹ Para mais informações acerca da constituição e evolução do aparato repressivo, ver: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985, PP. 69-76; D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (introdução e organização). *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994, PP. 7-31.

³⁰ Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), fundo DEOPS, Série Dossiês, 30-Z-160-14850.

³¹ A partir de 1965, os militantes de organizações de luta armada acusados de infringirem a lei de segurança nacional passaram a ser julgados pela Justiça Militar e não mais pela Justiça Comum. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985, PP. 169-170.

³² As marcas do terror. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 10/3/1970, PP. 104-111.

³³ AESP, Fundo DEOPS, Série Dossiês, 52-Z-0-7424.

³⁴ AESP, Fundo DEOPS, Série Dossiês, 30-Z-160-14557; 30-Z-163-571; 50-D-7-1512, 1523.

³⁵ O DEOPS/SP, que existiu entre 1924 e 1983, era o organismo da polícia civil paulista que atuava na repressão aos opositores do regime, incluindo os agrupamentos da luta armada.

A maioria dos militantes da Corrente que lograram escapar da investida do aparelho repressivo de 1969 deslocaram-se para o Rio de Janeiro e para São Paulo, onde se integraram à ALN. A incorporação destes remanescentes pela ALN era quase natural, pois ambas as organizações mantinham, desde suas origens, uma relação estreita de colaboração. Embora a Corrente mantivesse sua autonomia como organização, com direção e estrutura orgânica próprias, os seus dirigentes selaram um acordo, no começo de 1967, com os comandantes da ALN, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, para unificarem, num futuro próximo, os dois agrupamentos³⁶.

Assim, quando voltou ao Brasil, Antônio Carlos passou a atuar como militante da ALN. Neste período, as atividades da ALN, assim como as de muitas outras organizações armadas, estavam concentradas nos grandes centros urbanos, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, ainda que o programa político da organização privilegiasse a atuação no meio rural e entendesse as ações urbanas como forma de treinamento de seus quadros e de obtenção de recursos (por meio de “expropriações”, como diziam os guerrilheiros) para implementação da guerrilha no campo.

Para a ALN, a economia brasileira, no final da década de 1960 e início da seguinte, enfrentava um irreversível processo de estagnação, causado pela submissão do país aos interesses econômicos de outros países (destacadamente os Estados Unidos) e de seus aliados locais. Nesta conjuntura, o sistema capitalista apenas podia ser sustentado por um regime de força, no caso, o regime militar. Avaliava-se, assim, ser premente o combate armado contra um governo que havia usurpado o poder e que o mantinha pelo uso indiscriminado da violência.

A ALN deveria se constituir numa organização de vanguarda que deflagaria a luta contra o regime e que mobilizaria os trabalhadores do campo e das cidades num longo processo de luta armada.

A revolução teria, para a ALN, duas etapas. Antes de mais nada, a revolução democrático-burguesa, destinada a promover a libertação nacional³⁷, ou seja, a superação da estagnação do desenvolvimento nacional causada pelas relações de tipo feudal no campo e pela presença imperialista na economia do país. Cumprida esta etapa, a revolução tomaria o rumo do socialismo³⁸.

Na ALN, Antônio Carlos vivenciou o drama da clandestinidade a que todos os guerrilheiros urbanos estiveram submetidos naquele período. Obrigado a morar em

³⁶ Entrevista por telefone com Ricardo Apgaua, Belo Horizonte (São Paulo), 4/1/2001.

³⁷ O que estava claro no próprio nome da organização: *Ação Libertadora Nacional*.

³⁸ Estes dados sobre a linha política da ALN, que era também muito próxima da estabelecida pela Corrente, basearam-se em: RIDENTI, Marcelo, *Op. cit.*

“aparelhos” (casas alugadas pela organização para reuniões, guarda de materiais e residência de militantes), tinha de seguir regras estritas de segurança. Adotou vários codinomes, como “Bruno” e “Mateus”. Reuniam-se com outros militantes através de “pontos” marcados previamente. Deveria conhecer apenas as atividades da organização que lhe dissessem diretamente respeito. Todo o seu cotidiano estava voltado para a luta revolucionária, pois se tratava de um militante “profissionalizado”.

A “profissionalização” dos quadros e a opção pela clandestinidade visavam proteger a organização das investidas repressivas, mas acabou por ajudar a criar um profundo isolamento dos guerrilheiros em relação à sociedade. Principalmente a partir de 1970, as relações da guerrilha com os movimentos sociais eram quase inexistentes. Muitos militantes eram presos ou assassinados, mas os grupos armados não conseguiam repor estas perdas, com o recrutamento de novos quadros. Além do mais, ao se tornarem totalmente clandestinas, as organizações guerrilheiras seguiam uma concepção vanguardista³⁹ de luta política, que previa a necessidade de um pequeno grupo de militantes profissionais para o desencadeamento do processo revolucionário.

A respeito do isolamento social e do cerco imposto pelo regime militar experimentados pelos agrupamentos armados, o depoimento de Hamilton Pereira, que militou na ALN com Antônio Carlos, é esclarecedor:

[Na militância clandestina] “O tempo era medido. As palavras eram medidas. As emoções eram medidas. Explico-me: a segurança dos grupos armados não permitia a tolerância num ponto por mais de cinco minutos. Caso não fosse coberto, havia um sistema de referências (áreas por onde o desgarrado poderia novamente reatar o contato [...])

As palavras eram medidas. Passados tantos anos pouco posso lembrar de debates de natureza política, além da leitura do Venceremos ou do Guerrilheiro, os boletins da ALN, que eram mais comunicados de guerra do que instrumentos de debate. A guerrilha urbana vivia então um absoluto isolamento da sociedade. Saíamos de casa para cobrir um ponto sem saber se estaríamos vivos no fim da tarde. A conversa era curta. Quase operativa. Sitiada por silêncios. Nossos encontros exprimiam a solidão da esquerda carimbada pela propaganda oficial: terroristas. Às vezes nos encontrávamos numa Kombi caindo aos pedaços, sem os bancos traseiros, que circulava enquanto Bruno [Antônio Carlos] nos ministrava aulas sobre o uso de armas e explosivos. Não posso imaginar um retrato mais cabal da solidão. Do isolamento social da guerrilha.

³⁹ Esta concepção, que prevê um pequeno grupo de militantes profissionalizados atuando em tempo integral no partido e que serviria como vanguarda da revolução proletária, já está presente no livro *Que fazer*, de Lênin (São Paulo: Hucitec, 1978).

As emoções eram medidas. Setembro de 1971. Comprei o Estado na banca: CAI LAMARCA NO SERTÃO BAIANO era a manchete. Rua da Mooca, Rua do Oratório, Rua dos Trilhos: um bairro cinza de uma cidade cinza. Havia por ali um beco. Eu descia a pé e o fusca me deu um sinal de farol. Era o Bruno. Rodamos praticamente toda a tarde, comentando a operação de cerco na Bahia da qual nós, em S. Paulo, tínhamos recebido vagas e contraditórias informações. Consumava-se a morte da figura militar mais conhecida e mais importante da guerrilha. Cumprimos um acordo tácito de contenção. Não sei se o Bruno chorou. Só à noite, de volta ao aparelho, chorei a moarte do capitão Lamarca” (grifos do depoente)⁴⁰.

Já no começo da década de 1970, as ações guerrilheiras tinham um caráter eminentemente defensivo. Antônio Carlos participou de uma série delas, que visavam à obtenção de recursos para a manutenção de “aparelhos” e para o custeio de militantes. Mesmo os seqüestros levados a cabo pelos grupos armados em 1969 e 1970 pretendiam, antes de mais nada, a libertação de militantes encarcerados pelo regime.

Premidos pela violência repressiva e pelas necessidades de auto-sustentação, as atividades guerrilheiras tornaram-se quase tão-somente ações de cunho militar. Embora se começasse a questionar no interior das próprias organizações a prática armada, o recuo era difícil, na medida em que parecia contrariar pressupostos teóricos assumidos. No mais, o prosseguimento das ações armadas era, aos olhos de muitos militantes, uma obrigação moral com aqueles que haviam sido presos, torturados e mortos⁴¹.

É nesta conjuntura que surgem duas dissidências da ALN. O MOLIPO (Movimento de Libertação Popular) formou-se entre militantes que faziam treinamento guerrilheiro em Cuba. Criticavam a organização pelo abandono do trabalho político entre os trabalhadores, mas propunham-se a intensificar as ações armadas nas cidades e a implementar a guerrilha no campo. No início de 1971, os dissidentes começaram a retornar ao Brasil, mas foram rapidamente localizados pelos órgãos de repressão, sendo assassinados ou presos⁴².

A Tendência Leninista (TL) foi a outra dissidência que se formou no início da década de 1970. Constituída por militantes que se encontravam no exterior, defendia o fim da prática armada, a atuação no movimento popular e a transformação da ALN em partido político⁴³.

A primeira missão que Antônio Carlos recebeu da Direção Nacional da ALN depois de seu treinamento em Cuba foi a de se deslocar para o Ceará a fim de auxiliar na estruturação

⁴⁰ Depoimento por escrito de Hamilton Pereira da Silva para o autor, Brasília, 22/4/2001.

⁴¹ Para duas importantes reflexões sobre a “dinâmica da clandestinidade” e o isolamento dos grupos guerrilheiros, ver: DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982, PP. 106-123; RIDENTI, Marcelo, *op. cit.*, PP. 248-256

⁴² GORENDER, Jacob, *op. cit.*, PP. 228-229.

⁴³ Idem, p. 229

de um setor armado naquele estado. Naquele momento (meados de 1970) a organização preparava-se para desencadear operações militares no norte do país, objetivando o lançamento da guerrilha rural. Assim, as ações armadas a serem executadas no Nordeste deveriam dispersar a atenção do aparelho de repressão, dando cobertura para as operações planejadas para o Norte. No entanto, as ações realizadas no Ceará provocaram dura repressão policial, que resultou na prisão de vários militantes do agrupamento. Antônio Carlos escapou da investida policial e voltou para São Paulo⁴⁴.

Meses depois, em setembro de 1970, ele reencontrou Moema São Thiago, militante da organização que havia conhecido no Ceará. Iniciou-se um romance entre eles e, ainda no final do ano, oficializaram sua união. O casamento aconteceu nas condições em que a situação de clandestinidade permitia: Luís José da Cunha, dirigente nacional da ALN, foi o padrinho e comprou, economizando o dinheiro destinado às suas refeições, as alianças do casal. A relação conjugal de Antônio Carlos e Moema esteve, necessariamente, condicionada pela militância política de ambos. Assim, passaram a morar em seguidos “aparelhos” na cidade de São Paulo e eram obrigados a seguir regras rígidas de segurança, como, por exemplo, horários-limites para chegar em casa. Para se ter idéia das dificuldades vivenciadas pelo casal nesta situação de clandestinidade, é interessante narrar um episódio acontecido num dia em que Moema saiu de casa logo pela manhã para cumprir algumas tarefas, atrasou-se e não voltou no horário combinado com Antônio Carlos. Nestas situações, a orientação das organizações armadas era a de que o militante deveria abandonar o “aparelho”, já que o mais provável era que o outro que se atrasava tivesse sido preso e poderia, ao ser submetido a sessões de tortura, contar à polícia a localização da casa. Ao chegar, atrasada, Moema encontrou o marido, chorando e preparando-se para deixar o “aparelho”, já que acreditava que ela tivesse sido preso⁴⁵.

No final de 1970, o comandante da ALN, Joaquim Câmara Ferreira, foi preso e morto sob torturas pelo aparato repressivo. Um ano antes, Carlos Marighella, fundador e expressão máxima do agrupamento guerrilheiro, já havia tombado morto, vítima de emboscada montada pelos policiais do DEOPS/SP. As mortes de Marighella e Câmara Ferreira (por vezes, mais conhecido pelo seu nome de guerra “Toledo”), assim como a prisão e o exílio de outros militantes que também haviam militado por décadas no PCB antes de participarem da fundação da ALN, conduziram uma geração mais nova de militantes, que tinha em média vinte e poucos anos de idade, ao comando da organização, o que também acabou por acontecer com Antônio Carlos, que se tornou membro da direção regional de São Paulo a partir de 1971 ou 1972.

⁴⁴ Entrevistas por telefone com Moema São Thiago, Brasília (São Paulo), 6-7/1/2001; e-mail de Carlos Eugênio Paz para o autor, 9/2/2001.

⁴⁵ Entrevistas por telefone com Moema São Thiago, Brasília (São Paulo), 6-7/1/2001.

A morte de Câmara Ferreira (e o mesmo havia se verificado por conta do assassinato de Marighella) desorganizou seriamente a ALN. Além de centralizar decisões e informações, seu comando não era questionado pelos militantes. Sua morte acentuou desentendimentos sobre os rumos que os dirigentes deveriam imprimir à organização, principalmente referentes à necessidade ou não de se recuar na prática armada.

A partir do final de 1969, a organização sofreu sucessivos ataques do aparato repressivo. Depois de cada investida repressiva, fazia-se necessário contabilizar as prisões e mortes, restabelecer contatos e levantar fundos para a onerosa infra-estrutura necessária para manter um número cada vez maior de militantes clandestinos.

No final de 1970, o grupo da ALN ao qual pertenciam Antônio Carlos e Moema passou por dias de penúria, pois, sem dinheiro, tiveram de alimentar-se tão-somente de água com açúcar. Como Moema era novata na organização, ofereceram-lhe o privilégio de alimentar-se de garapa de cana⁴⁶.

No dia 14 de junho de 1972, Antônio Carlos reuniu-se num restaurante do bairro paulistano da Mooca com outros três componentes da Direção Regional de São Paulo da ALN: Ana Maria Nacinovic Corrêa, Iuri Xavier Pereira e Marcos Nonato da Fonseca. Na saída, foram surpreendidos por uma emboscada montada pela polícia. No meio da fuzilaria, Ana Maria, Iuri e Marcos foram atingidos e levados para o DOI-CODI, onde foram mortos⁴⁷. Antônio Carlos, mesmo ferido, conseguiu roubar um carro e fugir. Ao chegar no “aparelho” onde morava, Antônio Carlos foi prontamente atendido por Moema, que constatou que havia levado três tiros: no pé, na coxa e no antebraço. Embora Moema tivesse prestado os primeiros socorros, percebeu-se que ele precisaria dos serviços de um médico. Em anos anteriores, a organização contava com uma rede de médicos militantes ou simpatizantes que estavam sempre disponíveis para este tipo de urgência. Nesta época tentou-se, mesmo, montar uma pequena clínica cirúrgica para atender militantes feridos. No entanto, com o aprofundamento da ação repressiva, o setor médico da organização tornou-se precário. Assim, só na noite do dia seguinte à emboscada foi possível levar até o “aparelho” um médico ligado à ALN, que extraiu as balas de Antônio Carlos. Depois de uma temporada de convalescença, ele acabou se recuperando e não ficou com seqüelas físicas⁴⁸.

Como estivesse sendo extremamente procurado pela polícia, principalmente em São Paulo, Antônio Carlos, em fins de 1972, foi deslocado para o Rio de Janeiro, onde passou cerca de seis meses⁴⁹. Para o Rio também seguiu Moema, que, logo depois, viajou para Cuba,

⁴⁶ Entrevistas por telefone com Moema São Thiago, Brasília (São Paulo), 6-7/1/2001;

⁴⁷ MIRANDA, Nilmário, TIBÚRCIO, Carlos, *op. cit.*, pp. 79-85.

⁴⁸ Entrevistas por telefone com Moema São Thiago, Brasília (São Paulo), 6-7/1/2001; Sobre este episódio, ver também: PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN. Memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 32-40.

⁴⁹ Entrevista por telefone com Amparo Araújo, Recife (São Paulo), 4/4/2001.

a fim de cumprir missão da qual foi incumbida pela organização e que consistia em entrar em contato, naquele país, com Carlos Eugênio Paz, da Coordenação Nacional da ALN. Neste período, Antônio Carlos e Moema estavam se separando. Ao voltar de Cuba, em 1973, Moema tentou ingressar no país através do Chile; no entanto, como deflagrou-se um golpe militar naquele país (liderado pelo general Augusto Pinochet), em 11 de setembro, teve de fugir para a Argentina, onde, no final do ano, soube a morte de Antônio Carlos⁵⁰.

No início de 1973, de volta a São Paulo, Antônio Carlos passaria a viver com a militante Sônia Moraes Angel, que havia sido casada com Stuart Angel, militante do MR-8 assassinado pelo aparelho de repressão. Sônia havia se exilado na Europa em 1970 e pertencia ao MR-8. Decidiu voltar ao Brasil, o que fez, em 1973, já como militante da ALN, quando conheceu Antônio Carlos.

Neste período, a situação da ALN, assim como das outras organizações armadas, era bastante precária. Os militantes assassinados já somavam algumas dezenas, outras centenas estavam nos cárceres ou no exílio. O regime militar havia logrado implementar, através de procedimentos diversos, um clima de intimidação a atividades políticas de oposição⁵¹. Ademais, uma maciça propaganda oficial procurava convencer a sociedade de que os militantes eram “terroristas” e “assassinos perigosos”. Estes fatores, aliados à eficácia, ainda que momentânea, da política econômica governamental dificultava sobremaneira a arregimentação de novos militantes.

Na ALN, as ações armadas escasseavam e as realizadas eram de pequeno porte, dispensando grande número de participantes e uso de armamento pesado. A organização já não tinha condições de manter os militantes clandestinos, sendo que alguns tiveram de se arrumar em empregos temporários, utilizando-se de documentação pessoal falsa, ou mesmo dependendo do auxílio material de amigos que não eram visados pelo aparelho de repressão⁵².

Em meados de 1973, Antônio Carlos e Sônia já estavam morando em Santos, talvez para se preservarem do cerco policial armado na cidade de São Paulo. Desde que havia voltado ao Brasil, Sônia havia se encontrado algumas vezes com sua família. Seu pai, João Moraes, conta um destes encontros, acontecido num restaurante de Santos, ocasião em que a família conheceu Antônio Carlos:

No primeiro feriado prolongado, Sônia apresentou seu companheiro Antônio Carlos Bicalho Lana, o Matheus, que conhecera em São Paulo e cuja semelhança com Stuart era impressionante. Parecidos não apenas fisicamente – ambos tinham olhos azuis,

⁵⁰ Entrevistas por telefone com Moema São Thiago, Brasília (São Paulo), 6-7/1/2001;

⁵¹ Ver a este respeito: CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social*, 2 (2), 2 sem. 1990; ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. Cit.*, pp. 160-172.

⁵² Entrevista por telefone com Amparo Araújo, Recife (São Paulo), 4/4/2001.

eram louros e altos –, mas em outros atributos que, no futuro, serão comparados e reconhecidos, quando a verdadeira história desses dois homens extraordinários for devidamente contado. Stuart só diferia de Lana num detalhe: era mais suave.

Muita alegria, muita efusão nesse encontro em um restaurante de Santos, em São Paulo. Minha filha era a própria imagem da felicidade. Exibia com orgulho, para o seu companheiro, a família ali reunida – seus pais, sua irmã, sua tia Edy e o futuro cunhado. O almoço foi regado a Mateus Rosé, marca do vinho predileto de Sônia. Há muito afastado da família e dos amigos – pois se entregara completamente à luta armada –, era a primeira vez, em muitos anos, que Lana se reunia em família. Agora com a de Sônia⁵³.

O pai de Sônia acrescenta que, em novembro daquele ano, alugou para o casal, “que estava, praticamente, na rua”, um apartamento em São Vicente⁵⁴.

Segundo informações constantes no processo nº 45/74, instaurado na 2ª Auditoria Militar de São Paulo para apurar atividades da ALN no estado, Antônio Carlos esteve à frente, em 1973, da coordenação do agrupamento na Baixada Santista. Pelo que indicam os autos, esta base mal contava com uma dezena de militantes e não realizou neste período nenhuma ação armada no litoral sul de São Paulo. Ao que consta, dedicaram-se a panfletagens no porto de Santos e a estabelecer ligações no meio sindical. Além disto, teria sido estruturado, por determinação de Antônio Carlos, um setor de imprensa da ALN numa garagem alugada em Santos⁵⁵.

Morte

Por volta do dia 20 de novembro de 1973, Antônio Carlos e Sônia tomaram um ônibus de São Vicente para São Paulo. Durante a viagem, Antônio Carlos desceu numa parada para pagar suas passagens, quando foi cercado por agentes dos órgãos repressivos. Entrou em luta corporal com eles até receber uma coronhada de fuzil na boca. Foi dominado e golpeado com socos e pontapés. Enquanto isto, Sônia foi imobilizada e agredida por outros agentes que se encontravam dentro do ônibus. Soube-se, posteriormente, que o casal estava sendo seguido pelo aparato repressivo desde São Vicente. Foram levados para o Rio de Janeiro e,

⁵³ MORAES, João Luiz de, AHMED, Aziz. *O calvário de Sônia Angel: Uma história de terror nos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: MEC Editora, 1994, p. 46.

⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁵ Arquivo Edgar Leuenroth (UNICAMP, Campinas), Acervo Brasil: Nunca Mais, processo BNM 678, fl 6-7, 262-265, 319.

posteriormente, para São Paulo. Foram torturados por um período de cinco a dez dias seguidos. Antes de morrer, Sônia teve seus seios arrancados e foi estuprada com um cassete da polícia, o que lhe causou forte hemorragia. Entretanto, a versão oficial dizia que ambos haviam sido mortos em tiroteio travado com policiais, no bairro paulistano de Santo Amaro. Após morrerem, provavelmente, em 30 de novembro daquele ano, não tiveram seus corpos entregues às famílias, tendo sido enterrados como indigentes no Cemitério de Perus, na cidade de São Paulo⁵⁶.

Em entrevista concedida à revista *Veja*, em 1992, Marival Chaves, antigo agente do DOI-CODI de São Paulo, contou que o casal foi assassinado num centro clandestino de torturas mantido pelo DOI-CODI paulista⁵⁷.

*“Durante um curto período, o Destacamento de Operações de Informações, o DOI, utilizou um sítio na região sul de São Paulo. Ali foram assassinados Antônio Carlos Bicalho Lana e a sua companheira Sônia Moraes, ambos da Ação Libertadora Nacional, a ALN ... Eles foram torturados e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Os cadáveres foram colocados no portamalas de um carro e levados até o bairro de Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo. Ali, encenou-se a farsa do tiroteio para simular a morte deles”.*⁵⁸

Antônio Carlos e Sônia foram os últimos dos dez militantes da ALN assassinados no ano de 1973, todos mortos no eixo Rio-São Paulo, onde a organização ainda sobrevivía, ainda que muito precariamente. Ao todo, foram 48 os militantes da organização mortos pelos organismos de repressão, sem contar os outros 19 que integraram o MOLIPO⁵⁹.

Em 1990, foi localizada uma grande vala clandestina no Cemitério de Perus, onde estavam enterrados vários militantes mortos pelo regime militar. Aí foram encontrados os restos mortais de Antônio Carlos e Sônia. Um detalhe facilitou a identificação da ossada de Antônio Carlos: o sinal de fratura de sua tíbia ocorrida quando foi baleado na emboscada

⁵⁶ Deve-se, em grande medida, aos pais de Sônia, João Luiz de Moraes e Cléa Lopes de Moraes, a apuração das circunstâncias das mortes de Antonio Carlos e Sônia. Ver: MORAES, João Luiz e AHMED, Aziz, *op. cit.*

⁵⁷ A partir do início da década de 1970, os organismos de repressão passaram a fazer uso destes centros clandestinos para torturar e interrogar militantes da luta armada. Desta forma, ocultavam militantes presos de suas famílias e de outros órgãos repressivos (que atuavam numa situação de grande rivalidade entre si). Para maiores informações sobre estes centros clandestinos de tortura, consultar: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *op. cit.*, PP. 40-42.

⁵⁸ Autópsia da sombra. *Veja*, São Paulo, 18/11/1992, p. 23.

⁵⁹ MIRANDA, Nilmário, TIBÚRCIO, Carlos, *op. cit.*, p. 26.

policial em 1972⁶⁰. Em 12 de agosto de 1991, depois de várias homenagens, Antônio Carlos foi, finalmente, enterrado pela família, na sua cidade natal⁶¹.

Anos depois, a Comissão Especial instalada no Congresso Nacional, que investigou as mortes de militantes políticos durante o regime militar, responsabilizou o Estado brasileiro pelos assassinatos de Antônio Carlos e Sônia. Além disto, suas famílias tiveram direito ao recebimento de indenizações⁶².

⁶⁰ Suplício enterrado. *Isto É Senhor*, São Paulo, 17/7/1991, PP. 16-17; Médicos identificam 3 ossadas da vala de Perus. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9/7/1991, PP. 1-6; Unicamp identifica 3 desaparecidos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9/7/1991, p. 10.

⁶¹ Ex-Militante é sepultado em Ouro Preto. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13/8/1991, p. 26.

⁶² Desta forma, ficou oficialmente reconhecida a culpa dos organismos de repressão pela morte do casal. Para mais explicações sobre os trabalhos da Comissão Especial, ver: MIRANDA, Nilmário, TIBÚRCIO, Carlos, *op. Cit.*, PP. 13-19.

ANEXO: Projeto de Resolução da Câmara de Vereadores de Ouro Preto, de 29 de Abril de 1964 (Cassação dos Vereadores)

Considerando que a situação atual do País exige de todos os democratas, de modo especial dos que exercem qualquer mandato emanado do povo, trabalho, vigilância, sacrifício e união, para que o mesmo possa caminhar na senda do progresso, trazendo a todos paz social, incentivo para a produção, sob o império da lei e da justiça.

Considerando que a pátria acaba de sair de uma revolução que destituiu do poder, com energia, não só os governantes iníquos, mas quantos cooperaram para a implantação do regime comunista em nosso meio, e que, assim, não pode prescindir do apoio integral de todo cidadão máxime daqueles que representam o povo nas Câmaras;

Considerando que o Comando Revolucionário tem exigido clareza nas definições, não admitindo dúvidas ou omissões, que sempre prejudicam a coletividade, pedindo pronunciamentos quanto à atitude por êle tomada em face da anarquia então reinante em todo o território nacional, provocada pelo Govêrno deposto, etc.;

Considerando que o Ato Institucional, proclamado pelas Forças Armadas, a quem se deve, em grande parte, o triunfo da Revolução, que trouxe para a nacionalidade esperanças de dias melhores, impõe perdas de mandatos e de direitos políticos àqueles que, direta ou indiretamente, colaboravam para a derrocada das instituições democráticas, pregando a indisciplina, fomentando greves injustas, freqüentando comícios onde se pregava a queda do regime com alterações vitais na Constituição, de modo especial no que tange ao direito de propriedade e às garantias individuais;

Considerando que os poderes da República, em tôdas as esferas, têm feito o expurgo de seus quadros daqueles que, por ato ou omissão, não cumpriram o dever para com a pátria, levando-a para o abismo, com a entrega de seu comando a potência estrangeira que visa a escravidão do homem, tirando-lhe a liberdade; destruindo-lhe a personalidade, suprimindo-lhe os sentimentos religiosos, para só imperar a vontade do Estado totalitário, do Estado sem Deus, onde a família no conceito cristão desaparece, não recebendo mais a formação direta dos pais, mas apenas, a orientação marxista do Estado, com o intuito exclusivo de materializá-la;

Considerando que o Estado de Minas Gerais, desde as primeiras horas que antecederam à Revolução, se pôs em luta contra os princípios pregados pelo Govêrno deposto e seus auxiliares, não permitindo que o chefe dos marzoqueiros, o ex-deputado Leonel Brizzola, que pregasse a desordem, pondo-o e a sua comitiva para fora de seu território, quando, então, mais uma vez, se mostrou a bravura da mulher montanhesa;

Considerando que Ouro Preto, berço da liberdade, palco de tantos acontecimentos históricos, não se omitiu nas horas amargas da pátria, colocando-se em estado de alerta, por meio dos poderes executivo e legislativo;

Considerando que o ex-deputado Francisco Julião, líder comunista, aqui esteve,

trazido, como é do conhecimento público, não só pelo ex-prefeito, Dr. Benedito Gonçalves Xavier, mas, também, pelos vereadores Sebastião Francisco, Julio José Armando Furtes Arias, também conhecido por Júlio Fortes, Kirki Jerônimo, Aderilho Fernandes e Antônio Cardoso Roriz, para proferir no Morro da Queimada uma proclamação subversiva aos camponeses, pretendendo fundar neste município a Liga Camponesa de caráter comunista;

Considerando que nas reuniões da Câmara Municipal, antes de ser deflagrada a revolução, os citados vereadores se manifestaram ostensivamente a favor das idéias difundidas pelo Governo deposto, de modo especial pelas preconizadas pelo agitador Leonel Brizzola, agente notório da subversão e da corrupção;

Considerando que ditos vereadores, iniciada a revolução, não mais compareceram às reuniões da Câmara, sejam porque estavam implicados no movimento de destruição da democracia e de implantação no Brasil do regime opressor comunista, seja porque não quiseram arcar com a responsabilidade imposta pelo múnus público, o que vale a dizer que se omitiram no momento mais grave para o país, estando, assim, sujeitos à sanção do item V do Art. (...) da Lei nº 28, de 22 de novembro de 1947;

Considerando que a Câmara deu aos referidos edis várias oportunidades para que demonstrassem que não compartilhavam do movimento destruidor das instituições democráticas, e que, entretanto, delas não se serviram, mostrando-se, pelo contrário, adversários ferrenhos dos que conclamavam os partidos para se unirem em defesa do bem comum;

Considerando que os aludidos vereadores se retiraram, várias vezes, do plenário da Câmara, para que não houvesse quorum, quando representantes de outros partidos apresentavam moções de aplausos àqueles que se opunham aos desmandos do Governo Federal, sob a chefia do Ex-Presidente João Belchior Marques Goulart, o maior responsável pela situação caótica da República, que se viu entregue a toda sorte de corrupção, a tal ponto que o povo já havia perdido o entusiasmo pelos homens públicos, julgando-os todos iguais, uma vez que os recrutados pelo ex-chefe da Nação só trouxeram desilusão à coletividade, pois se esqueceram desta para cuidarem de si mesmos, fazendo rápidas fortunas, à custa do erário público, que se enfraqueceu tanto que a moeda brasileira se tornou desprezível diante das demais de outros países;

Considerando que, além do mais, tais vereadores eram elementos articuladores, neste município, da trama descoberta e sufocada pelas Forças Armadas, na memorável arrancada de 31 de março do corrente ano;

Considerando que essa articulação se caracterizava pela pregação marxista junto à classe obreira menos esclarecida, quer pelo pichamento de muros, ruas e passeios, com os slogans copiados dos figurinos de Moscou e Cuba, quer pela farta distribuição de literatura e panfletos subversivos e notório em todas as camadas sociais deste município;

Considerando que, justamente por tais razões, alguns deles foram presos e outros ainda

se achama foragidos, numa demonstração inequívoca de sua culpabilidade;

Considerando que o espírito da Revolução visa erradicar elementos como êsses, ora citados, dos quadros políticos e administrativos da Nação, numa defesa natural e necessária do regime democrático, que por êles esteve continuamente ameaçado;

Considerando que o poder legislativo municipal constitui parte integrante das instituições democráticas e vigentes no país, e, por isso, não pode comportar em seu seio elementos de tão alta periculosidade,

Resolvem os vereadores infime assinados apresentar à apreciação da Câmara o seguinte projeto de resolução:

A Câmara municipal de Ouro Preto decreta e promulga a seguinte resolução:

ART. 1º - Ficam cassados os mandatos dos vereadores Sebastião Francisco, Júlio José Armando Fuertes Arias, também conhecido por Júlio Fortes, Kirki Jerônimo, Aderilho Fernandes e Antônio Cardoso Roriz, todos do Partido Trabalhista Brasileiro.

ART. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor esta resolução na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de Abril de 1964.

José Feliciano
Walter Valadão de Sousa
Edmundo José Vieira
José César Ferreira
Benedito Manoel Ferreira
Amadeu Barbosa
Arthur Drumond Guimarães
Felinto Elísio Nunes

ANEXO: Ata da 10ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Ouro Prêto, realizada aos 29 de Abril de 1964 (Cassação dos Vereadores)

Sumário – Comparecimento; leitura da ata da sessão anterior. Posse do Vereador Walter Valadão de Souza. Mensagem do Sr. Prefeito. Leitura e Aprovação de projetos de lei. Apresentação de requerimento. Sessão Secreta. Encerramento.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, no

salão nobre da Câmara Municipal de Ouro Preto, sob a presidência do Vereador Felinto Elísio Nunes, compareceram os vereadores seguintes: Amadeu Barbosa, José Feliciano Rodrigues, Edmundo José Viera, Arthur Drumond Guimarães, Eurico de Oliveira Dias, Benedito Manoel Ferreira, José Cesar Gomes. Havendo número legal o Sr. Presidente declara aberta a sessão “em nome de Deus”, convidando em seguida o vereador Arthur Drumond Guimarães para secretariar a presente reunião. O Sr. Secretário dá conhecimento à casa do pedido de licença do Vereador Vicente Ellena Trópia, pelo que é solicitada a presença do seu suplente Walter Valadão de Sousa que é imediatamente empossado, após a leitura do termo de posse pelo Sr. Secretário. Feita a leitura das atas anteriores, depois de discutidas são devidamente aprovadas e assinadas pelos Vereadores presentes. Usam da palavra os Vereadores Benedito Manoel Ferreira e Eurico de Oliveira Dias para justificarem as suas faltas nas sessões anteriores, em virtude do atraso no recebimento das convocações respectivas. Com a palavra o Edil José Cesar Gomes para pedir explicações sobre os pedidos de licença. O Sr. Presidente esclarece que “fica automaticamente suspenso o pedido de licença com a presença do Vereador licenciado”. Em seguida o Sr. Secretário faz a leitura do expediente, iniciando com a Mensagem do Sr. Prefeito encaminhando projeto de lei. Passando o Sr. Presidente a ordem do dia, são apresentados vários projetos para apreciação, discussão e aprovação, dentre os quais os seguintes: Projeto de lei 12/64 que dispõe sobre a revogação de lei – em 2ª. discussão e votação. Aprovado por unanimidade; Projeto de lei nº 13/64, que dispõe sobre Pagamentos de Imposto sem multa – Solicita o Vereador Edmundo José Vieira que o presente projeto volte à Comissão de Finanças para possíveis modificações no seu texto; Projeto de lei nº 10/64, que dispõe sobre Abertura de Crédito Especial, de autoria do Poder Executivo, em 2ª discussão e votação. Aprovado por unanimidade; Projeto de Resolução 2/64 que dispõe sobre a Prestação de Contas do Sr. Prefeito Municipal, relativas ao exercício de 1963 – Em 3ª discussão e aprovação. Aprovado por unanimidade. Dada livre a palavra e não havendo quem dela quizesse fazer uso, o Sr. Presidente encerra a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores presentes para uma reunião extraordinária, dentro de 10 minutos, para apreciação de assunto de alta relevância desta Edilidade. Nada mais havendo para tratar foi encerrada a reunião e para constar redigi a presente ata que vae por mim assinada, bem como pelosk vereadores presentes.

Ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Ouro Preto, realizada no dia 29 de abril de 1964.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ouro Preto, sob a Presidência do Vereador Felinto Elísio Nunes. Depois de aberta a sessão, em nome de Deus, expõe as razões que o levaram a promover a presente convocação extraordinária da Câmara Municipal de Ouro Preto, dando

conhecimento à Casa de um telegrama recebido do Departamento de Vigilância Social e de um ofício do Sr. Delegado Especial de Polícia. Com a palavra o Vereador Edmundo José Vieira, expõe este para apresentar um requerimento no sentido de que seja a presente reunião transformada em reunião SECRETA, dado o caráter reservado da mesma e considerando que os documentos lidos pelo Sr. Presidente são da alçada exclusiva dos Srs. Vereadores. Em discussão o assunto foi amplamente estudado e depois de longamente debatida a situação em que se encontra o país, com focos de elementos subversivos em quase todas as repartições públicas, inclusive nas Câmaras Federal, Estadual e Municipal, foi o referido requerimento aprovado por unanimidade dos presentes. Com a palavra o Vereador José Feliciano Rodrigues demonstrou a Câmara o seu alto papel na hora presente, sugerindo, depois de uma série de considerações, que a Câmara Municipal de Ouro Preto, à semelhança do que vem ocorrendo em quase todas as comunidades brasileiras, faça o expurgo de todos os elementos perigosos existentes nesta Casa, pedindo ao Sr. Presidente que interrompa, por alguns minutos, os trabalhos da presente. Reunião, para que os vereadores, conjuntamente, elaborem um projeto de resolução dispendo sobre a cassação de mandatos daqueles que a maioria julgar conveniente ao Legislativo. Aprovada por unanimidade, foi a reunião suspensa por quarenta minutos, após os quais foi reiniciada, usando da palavra ainda o vereador José R. Rodrigues que apresentou o seguinte projeto de resolução. O Sr. Presidente põe em discussão o referido projeto. Em seguida colocado em votação, sendo unanimemente aprovado. Nada mais havendo para tratar foi encerrada a presente reunião que, para constar eu Arthur Drummond Guimarães, Secretário ad-hoc a escrevi e assino. Ouro Preto, 29 de abril de 1964.

ANEXO: MEMÓRIAS DA LUTA DAS REPÚBLICAS NOS ANOS 1960
Lincoln Ramos Viana (Ex-Aluno da República Canaan)⁶³

O Diretório Acadêmico de quando nós entramos na Escola de Minas, que era uma escola muito fechada e muito apegada as tradições, também acompanhava ou era levado a ter uma atuação quase que padronizada com essa tradição da Escola de Ouro Preto. Era um conjunto de engrenagens que funcionava harmonicamente. Não havia contestações e tudo devia ser permitido e liberado pela diretoria da escola. E quando nós entramos conseguimos quebrar esse clima pesado que existia. Transformamos o processo eleitoral para o Diretório Acadêmico (da Escola de Minas de Ouro Preto). A nossa chapa era composta por maioria de alunos do 2º ano. Alunos que ainda nem haviam feito a opção do curso de engenharia a ser seguido. A chapa concorrente era composta de alunos do 4o e do 5o ano. Modificamos a forma de propaganda e a forma de levar para os colegas as nossas proposições. Foram feitos

⁶³ Depoimento concedido ao Pesquisador Otávio Luiz Machado.

cartazes e faixas, colocados no saguão de entrada da escola, coisa jamais acontecida na casa de (Claude-Henri) Gorceix. Visitávamos as salas de aula e pedíamos ao professor licença para em 10 minutos expor nossa mensagem.

Depois de uma eleição muito concorrida e apertada onde se voltou 98% dos estudantes, com uma diferença de apenas 08 votos, nossa Diretoria foi eleita. Num primeiro momento o Diretório Acadêmico, sem deixar de lado as brincadeiras e comemorações com os calouros, introduziu novas idéias para recepcionar os novos calouros. Fazíamos reuniões com grupos de 10 alunos e falávamos sobre a realidade brasileira, a ditadura militar, a Escola de Minas, seus problemas e sobre as dificuldades que iriam enfrentar ao longo do curso. Que era necessário se posicionar sobre essas questões e unir-nos para resolvê-las. E o trabalho do Diretório em resumo tinha duas faces: uma era o trabalho do Diretório Acadêmico dentro da própria Universidade, trabalho esse que consistia em resolver aqueles problemas mais imediatos para os alunos como moradias e o problema dos professores catedráticos, que eram na verdade donos das cadeiras, e reprovavam em massa. Aí cabe abrir um parêntese: esses professores vinham de longa data mantendo aquela tradição e aquele nome da Escola de Minas como o de uma escola apertada e de bom ensino. Ao passo que o governo militar após 64 havia ampliado e massificado a entrada das universidades, obrigando que todas as Universidades Federais preenchessem todas as vagas.

Ou seja, deixou de se ter o critério de rendimento determinado no vestibular para o preenchimento total das vagas independente dos conhecimentos que aqueles alunos que estavam ingressando tivessem. Isto por um lado. Por outro, os professores não foram capazes de se adaptarem a essa nova realidade. Estava-se se baixando o nível de entrada na universidade, e mantinham aquele mesmo nível de cobrança nos primeiros anos, evidente que a reprovação seria muito grande. Então, determinados professores começaram a reprovar turmas inteiras, reprovavam cem alunos, e isso conduziu o Diretório a fazer movimentos para afastamento de determinados professores, porque até aquele ano entravam em torno de 20 alunos, e depois passaram a entrar mais de 100.

Ouro Preto é uma cidade histórica e turística de difícil liberação para construções, e as construções exigem a manutenção de determinados padrões. E havia uma escassez muito grande de moradias. As repúblicas estavam lotadas, os alunos que provinham do interior de Minas e de cidades pequenas com pais de baixo poder aquisitivo não tinham condições evidentemente de formar novas repúblicas ou pagar hotéis e pensões. Isso nos levou a forçar a Escola a olhar o problema de compra ou abertura de novas repúblicas. Com isso conseguimos mobilizar os alunos e foi feito um acampamento pela primeira vez na história de Ouro Preto, na Praça Tiradentes, com barracas, faixas e cartazes, onde pernoitamos por aproximadamente uns trinta dias. Até que a Universidade formou uma comissão e liberou verba para a compra de moradias.

Outro trabalho do Diretório também na parte interna era a questão da alimentação, o REMOP (Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto), sempre buscando melhorar a qualidade da alimentação. Tinha problemas como pouca verba e o preço, e formamos uma pequena loja junto ao REMOP para a venda de material escolar para os alunos com o preço abaixo do custo. Em resumo, na

parte interna era esse o trabalho do Diretório. Já na parte política nós passamos a ter um vínculo muito forte com todas organizações a nível nacional. Assim, participávamos de todas as reuniões em Belo Horizonte, e também dos Congressos a nível nacional, como foi o Congresso de Ibiúna. César Maia (atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro) era membro do D.A. que fazia os contatos com os órgãos estudantis estaduais e nacionais e participava dos diversos congressos estudantis. Ele foi preso no Congresso de Ibiúna representando o D.A. de Ouro Preto[2]. Eu e os demais membros do D.A. cuidávamos mais dos problemas locais.

O Diretório era eu como Presidente, o Vice-Presidente, Athaulpa Valença Padilha, o 1o Secretário, Serafim Carvalho Melo, o 2o Secretário, Benedito França Barreto, o 3o Secretário, Douglas Senju Morishita e o Tesoureiro, Cesar Eptácio Maia.

E promovemos nesse período um acampamento em plena Praça Tiradentes reivindicando mais repúblicas para os estudantes. O principal resultado deste acampamento foi que a Escola destinou verba específica para resolver o problema de moradia. Foram compradas algumas casas antigas que foram transformadas em “repúblicas”. Houve também alguns problemas que a gente enfrentou, porque a comissão nomeada pela Escola para aplicação desta verba para a compra de casas era formada por uma maioria de professores e somente por um membro do Diretório Acadêmico. E os professores da própria Escola começaram a ofertar as suas casas com preços muito acima do mercado. E o Diretório em duas oportunidades foi derrotado, e estas casas foram compradas por preços inflacionados.

Creio que a maioria dos diretórios acadêmicos estavam comandados por estudantes de esquerda. Estes, por sua vez, estavam quase sempre, vinculados a um partido político ou organização também de esquerda, como por exemplo o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente), POLOP (Organização Política Marxista – “Política Operária”) etc. Para participar dos congressos estaduais ou nacionais os diretórios enviavam representantes que eram ligados a esses partidos. Nas reuniões do D.A. abordava-se toda a luta estudantil contra a Ditadura, dando ênfase aos problemas do movimento estudantil, suas reivindicações e estratégias de atuação. Eram reuniões abertas.

A nível de organização Corrente nas reuniões com representantes vindos de fora participavam também pessoas do núcleo de Ouro Preto, que não eram estudantes. Eram reuniões com normas de segurança e em locais fechados. Discutia-se formas de luta contra a ditadura, a confecção de folhetos e os artigos do jornal que distribuíamos mensalmente em Saramenha, a fábrica de alumínio (a empresa ALCAN, Alumínios Canadenses S.A.). O pessoal de fora, geralmente de Belo Horizonte, dava as notícias mais atuais da organização e fatos ocorridos na luta armada que a imprensa não noticiava. O tipo de atuação era fazer um trabalho sempre procurando esclarecer aos estudantes e a população de Ouro Preto sobre o momento político, sobre o governo militar da época e da sua falta de abertura, bem como as suas medidas de arrocho. Então, consistia em panfletagem, em pixações etc.

Posteriormente o pessoal de Belo Horizonte começou a recrutar pessoas do núcleo de Ouro Preto para ações armadas em outras cidades. Em uma ocasião viajei a Belo Horizonte, onde me foi fornecido uma arma para uma ação que consistia em resgatar num pronto-socorro um companheiro que lá estava preso e recém operado. Após duas tentativas a operação foi abortada, pois, não foram

“expropriados” os veículos necessários. Em Ouro Preto, fazíamos pichações e panfletagem nas reuniões cívicas, como o 21 de abril, sempre nos manifestávamos com cartazes, boletins e pichações. O Hércio (Pereira Fortes) e o Cauzinho (Antônio Carlos Bicalho Lana) foram dois que iniciaram suas trajetórias de luta contra a ditadura em Ouro Preto. Após a minha saída de Ouro Preto, soube que pelo menos um aluno da Escola de Minas participou de ações armadas em Belo Horizonte.

Quando o movimento estudantil a nível nacional adquiriu uma força muito grande com as passeatas do Rio de Janeiro, o governo militar para tentar diminuir esta força baixou um decreto-lei dizendo que todo aluno de uma universidade que fosse tido como “subversivo”, ou seja, que tivesse participação em atividades políticas poderiam ser enquadrados neste Decreto e ser impedido de estudar em qualquer universidade durante três anos. Então, lá em Ouro Preto eu e o Pedro fomos enquadrados neste decreto. Foi simplesmente uma conversa de uma meia-hora com algumas perguntas com o secretário da Escola. Fechou-se o processo e o Ministro da Educação da época (Tarso Dutra) assinou uma portaria nos enquadrando. E fomos expulsos da Escola de Minas de Ouro Preto. Eu estava passando do 4o para o 5o ano de Geologia, faltava apenas fazer as provas finais. Nem isto foi permitido e perdi todo o 4º ano. Era 17 de Novembro de 1969.

Creio que o processo de expulsão tinha o seguinte andamento: algum órgão do governo comunicava ao Diretor da Escola que tais alunos estavam envolvidos no movimento estudantil e liderava manifestações contra o governo. Cabia ao diretor montar o processo de averiguação e encaminhar ao governo suas conclusões. Em nosso caso, O diretor da Escola na época (Antônio Pinheiro Filho) era uma pessoa frágil em termos de posição política e ao qual havíamos dado muitas dores de cabeça. Isto posto, ele fechou o processo e encaminhou para o Ministro da Educação e recebeu a ordem para a expulsão, a qual cumpriu no mesmo dia. Houve diretores, que não compacturaram com a ditadura, que conseguiram impedir e não enquadraram nenhum aluno. Em nosso caso, nem retardar o processo por alguns dias, para concluirmos o ano, o Diretor não teve o desejo e a coragem necessários. Em nossa Escola, o diretor não foi capaz de impedir a interferência dos militares nos assuntos universitários. Foi simplesmente um cumpridor de ordens. Creio que nem mesmo convocar uma reunião da Congregação para avaliar o assunto, foi capaz de fazer.

Então ficamos expostos. Houve muito apoio no sentido de oferecer ajuda material. O Diretório (Acadêmico), sob a Presidência do José de Lourdes Ribeiro (Motta) nos deu suporte. Alguns estudantes foram solidários, e me lembro que o João Bosco me procurou para ver uma maneira de ajudar e alguns professores também. Teve um professor do curso de Engenharia Civil que se ofereceu para empregar-me em Belo Horizonte. Mas não houve uma reação forte por parte do D.A. contra a medida. Conforme disse, estávamos fechando o ano de 1969. Toda a escola estava em processo de provas finais. O momento era o mais adequado para a nossa expulsão. Não me lembro que o D.A. tenha realizado qualquer movimento para denunciar a violência que se processava ou a publicação de algum boletim[13]. Creio que o D.A. não aproveitou o acontecimento para qualquer mobilização política.

A minha opção de sair do País foi justamente porque eu não poderia antes de três anos concluir o meu curso. E a questão do Chile foi mais por causa da proximidade, a facilidade de ir e de ter outros brasileiros por lá. E por isso foi escolhido Santiago do Chile. Além do mais, o país tinha uma longa tradição democrática e estava em curso o processo eleitoral para eleição presidencial.

E haviam pessoas conhecidas que estavam lá. De Ouro Preto que eu me lembro que estava lá era o Cesar (Maia), que já havia passado por Ouro Preto. De Belo Horizonte eu já não me lembro mais. Mas tinha muitos brasileiros. Foi o César Maia quem me hospedou na chegada a Santiago. Depois o Márcio (Antônio Pereira) que foi aluno e professor da Escola (de Minas) que trabalhava no ILAFA (Instituto Latino-Americano de Ferro e Aço) empregou-me e pude continuar os meus estudos. Todos os sábados reuníamos uns 30 brasileiros para jogar futebol e depois íamos tomar cerveja, contar casos e cantar em um bar.

Fomos para o Chile por questão de segurança e também para concluir os estudos. Naquela época corria-se o risco de ser preso e desaparecer. Lá eu consegui ingressar apenas no 3º ano. E ainda tive de fazer os exames de aprovação naquelas cadeiras principais do 1º e 2º ano.

Consegui sair do Brasil graças a dona Dalila (Ribeiro de Almeida) Maia mãe do César Maia, que já estava morando em Santiago. O apoio desta senhora foi maravilhoso em momento de total insegurança e sem perspectivas no Brasil a não ser aguardar um julgamento militar e a condenação. A dona Dalila voltou a me ajudar em 1973, quando retornei ao Brasil. Ao desembarcar no (Aeroporto do) Galeão, no Rio de Janeiro, fui retirado às escondidas do aeroporto e graças à dona Dalila é que escapei de ser torturado ou “desaparecido”.

Depois que voltei, então fui intimado por edital para apresentar-me ao Coronel que presidia o inquérito sobre a Corrente. Apresentei-me, prestei depoimento e recebi ordens de permanecer na residência de meus pais e aguardar o julgamento. Isto foi em julho de 1969. Portanto, o início do inquérito militar foi antes do meu desligamento da Escola de Minas e antes da minha ida para o Chile. O enquadramento no inquérito não foi a causa da expulsão da Escola, pois o Pedro (Carlos Garcia Costa) não foi arrolado no inquérito da Corrente e mesmo assim foi expulso. Em novembro de 1971, quando já estava residindo no Chile por quase 2 anos, fui julgado pela justiça militar a seis meses de reclusão. Quando retornei ao Brasil em outubro de 1973, ainda tive que cumprir esses seis meses e outros seis, pois o (Superior) Tribunal (Militar) (STM) aceitou o pedido de aumento da pena feito pela promotoria.

Voltaria um pouco ao trabalho que fazíamos no movimento estudantil e na luta contra a ditadura. Nas reuniões da Corrente discutíamos a realidade brasileira, os acontecimentos no mundo e o dia-a-dia dos problemas estudantis. Havia também os grupos de estudos. Escolhíamos livros para serem lidos e posteriormente havia reuniões para troca de idéias sobre os livros. Era necessário conhecer o pensamento de Marx, Engels, Lênin, do socialismo, do materialismo dialético e do capitalismo, para conhecer, enfim, a evolução do mundo. Tudo isto era para despertar em cada um o espírito de participação nas atividades estudantis, no trabalho, no seu meio, com vistas a ferir a ditadura. Era para fazer com que os jovens deixassem de ser alienados e passassem a saber o porquê das coisas, enfim, conhecer e entender seu mundo e a realidade brasileira. As reuniões eram feitas nas repúblicas ou no restaurante da Escola (REMOP) após o seu fechamento. Não tenho dúvidas de que todos aqueles que participaram dessa outra “escola” se enriqueceram como pessoas e ampliaram seus conhecimentos independentemente da posterior opção política.

Nós selecionávamos aqueles alunos que mostravam um maior interesse sobre os problemas da própria escola, sobre a vida no dia-a-dia da república, inclusive aqueles que procuravam mais o Diretório e procuravam ter conhecimento do que estava se passando. Essas pessoas nós convidávamos para participar de uma reunião com o grupo de leitura, e depois explicávamos que tínhamos a Corrente, que era para lutar contra o governo militar em termos de liberdade. E assim era um novo membro que aparecia.

Aqueles que faziam parte do D.A. eram conhecidos como pessoas de esquerda, pois nossas atividades como discursos nas assembleias, artigos e editoriais do Jornal “O Martelo” deixava clara nossa posição. As precauções eram muito simples, pois tínhamos de viver a nossa vida estudantil, morávamos nas repúblicas e dentro da própria escola, haviam os colegas de direita e alguns com contato com os órgãos de segurança aos quais passavam informações. Havia um aluno que era do exército[17] e possivelmente dava informações sobre todos nós. Vivíamos em clima de preocupação, pois, a qualquer momento poderíamos sofrer repressão e nunca tínhamos conhecimento de até onde nossas atividades seriam toleradas.

Nos dias seguintes da distribuição do jornal em Saramenha ficávamos em alerta e em sobressalto. Nunca sabíamos se tínhamos sido vistos no trabalho de distribuição, se a impressão do jornalzinho, que era feita no DA, não deixara suspeitas. As reuniões políticas da Corrente de vez em quando eram feitas em local rural no meio da pastagem e debaixo de uma árvore. Estávamos sempre com a preocupação de vez a república invadida no meio da noite pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Não tenho dúvidas que éramos presas fáceis (para o aparato de repressão do regime).

Nas datas de acontecimentos cívicos quando as autoridades se deslocavam para Ouro Preto, como o 21 de Abril, a polícia costumava fazer uma varredura para evitar manifestações contrárias. Eu saía da República Canaan e ia dormir em outro local. Dormia muito na loja de artigos de pedra-sabão do Maurício Danese, na Praça Tiradentes. Na República Canaan foram me procurar umas duas vezes. Teve um caso interessante: um xará meu que morava numa república perto da igreja de São Francisco (de Assis), que era gago, na hora que a polícia invadiu a República Consulado, estava no quarto. Eles bateram na porta: “quem está aí?”. O xará gaguejando respondeu: “É o Lincoln”. Quando abriu a porta ele já levou porradas. Aí até ele explicar, levou bons tapas. Assim me contaram. Os militares recolhiam livros, pegava martelo, facão, mochila, e cantil, material usado por quem fazia geologia. Eles recolhiam aquilo como se fosse material de guerrilha. Recolhiam também as fotos que encontravam.

Naquela época, quando a gente ingressava num movimento deste tipo, tínhamos a consciência do risco de poder ser preso, mas ainda não estava naquela de imaginar, por exemplo, “desaparecimento”, que depois vimos tornar-se numa prática não só no Brasil como toda a América do Sul. Não tínhamos também uma idéia precisa de quem estava mais ou menos visado. Nós tínhamos idéia de que estávamos realizando atividades junto a Escola de Minas de Ouro Preto e pichações e boletins na cidade, mas não tinha idéia de que pudesse ter outros órgãos ou pessoas vendo aquelas

atividades como algo de muito peso, capaz de ameaçar a ditadura e que merecesse uma repressão forte. Sabíamos que Ouro Preto era uma cidade histórica e turística, com apenas uma grande indústria (a ALCAN), que dificilmente poderia colocar em risco a “ordem” que a ditadura queria para o Brasil. Posteriormente, quando Ouro Preto passou a ceder quadros para a luta armada era previsível esperar reações mais fortes por parte da repressão. Creio, que eu possa ter sido denunciado ao CENIMAR por pessoas ligadas à Escola de Minas e à fábrica de alumínio (a ALCAN), onde o nosso trabalho começou a gerar reivindicações e pequenas sabotagens. Já em Santiago do Chile me afastei das atividades políticas me limitando a viver e aprender com o processo chileno e dediquei-me aos estudos de Geologia. Afastei-me de qualquer partido ou de organizações.

Foi o professor (Walter José Von) Krüger que uma vez me chamou e disse que a atuação junto ao Diretório Acadêmico para defender os interesses dos estudantes tinha que ser feito mesmo e com toda a vontade, mas que qualquer movimento junto aos funcionários e trabalhadores da empresa Saramenha (ALCAN) devia ser evitado, para não se misturar as coisas. Eu acho que foi quase um conselho de amigo e de uma pessoa mais experiente na época, que estava percebendo o perigo que eu estava correndo. Ele me deu um alerta.

ANEXO: O SONHO REVOLUCIONÁRIO E OS ESTUDANTES DE OURO PRETO

Marco Antônio Victoria Barros⁶⁴

Meu nome completo é Marco Antônio Victoria Barros. Nasci em João Monlevade, Minas Gerais. Meu pai era farmacêutico formado em Ouro Preto. Minha mãe era do lar.

Quando eu cheguei a Ouro Preto eu tinha 15 anos de idade. Eu cheguei de Três Corações, sul de Minas, onde o meu pai trabalhava como farmacêutico e funcionário público de um leprosário.

Quando cheguei a Ouro Preto, fui estudar na Escola Normal, no Marília de Dirceu, onde havia um curso de ginásio. E logo naquele período vivíamos o ambiente do golpe de Estado de 64.

Tive conflitos na Escola Normal em Ouro Preto, porque eu arrumei uma namorada, posteriormente que foi até da Corrente, a Maria Angélica do Amaral. E eu fui praticamente expulso da Escola Normal por causa da namorada, tal era conservadorismo da elite lá de Ouro Preto.

Pelo meu estilo de usar cabelo comprido, de gostar de jogar futebol e fazer ginástica fui apelidado de “Play”. Meu modo de viver foi um choque naquela sociedade conservadora de Ouro Preto. Era uma sociedade paradoxal, porque tinha ao mesmo tempo conservadorismo de diversos setores e uma juventude que vislumbrava das idéias mais avançadas. Era um negócio paradoxal. A população de Ouro Preto era conservadora, mas em contrapartida ela tinha uma população estudantil muito grande e composta de pessoas oriundas de todo lugar.

Imagina eu, que apesar de vir do sul de Minas, de uma cidade do interior de Minas, eu já vim com idéias menos conservadoras, mais avançadas, de ter namorada, de andar com roupas diferentes, de cabelo diferente, isto chocou a Escola Normal, pelo fato de eu arrumar uma namorada, de andar de mãos dadas na escola. Isto foram coisas que Ouro Preto não aceitava em determinados lugares.

⁶⁴ Depoimento concedido ao Pesquisador Otávio Luiz Machado.

Tinha uma república que se chamava “Mansão” lá no meio do mato. Lá era a casa onde o Vinícius de Moraes ficava quando estava em Ouro Preto. Apesar da população conservadora ser nativa, com exceções, estas pessoas se reuniam em determinados lugares. E nos lugares tinham reuniões e discussões de idéias de literatura, de cultura e discussões sobre a realidade brasileira de uma maneira geral. E um destes lugares esta o Grêmio Literário Tristão de Ataíde, o GLTA, que foi fundado e praticamente dirigido por uma das pessoas mais importantes do Grêmio, a alma do GLTA, que era o Padre Mendes. Era uma pessoa de Ouro Preto que não comungava (destas idéias) tinha uma proposta totalmente diferente daquele conservadorismo nativo de lá. E para você ter uma idéia ele foi um cara que foi o precursor do teatro em Ouro Preto, ele dirigia peças de teatro, e era uma cara que propunha determinados eventos e realizava determinados eventos que eram eventos avançados em relação à cidade. Para você ter uma idéia naquela época como se diz, o que foi a origem da Ação Popular (AP) aqui no Brasil.

Eu acho que é um negócio interessante colocar o Grêmio Literário Tristão de Ataíde como um lugar de convergência de todas as pessoas que vislumbraram e discutiam uma saída para a situação sócio-política-econômica que se vivia naquele momento.

O Diretório da Escola de Minas tinha uma coisa a parte em relação a cidade, porque o estudante de engenharia em Ouro Preto naquela época ele era extremamente valorizado, mesmo para essa população conservadora, eles eram os futuros maridos de suas filhas. Eles tinham um status social.

Para se ter uma idéia, o estudante que cursava Farmácia naquele período era considerado um cara que não queria nada com a dureza, porque como não conseguia passar no vestibular de Engenharia, então ia fazer Farmácia. Existia esta concepção em Ouro Preto.

Os estudantes de Engenharia de Ouro Preto estudavam numa escola que era famosa no Brasil todo, a Escola de Minas de Ouro Preto. Então os caras tinham o maior status. No vestibular classificatório só passava 35. Antigamente, o estudante antes de se formar já tinha emprego da melhor qualidade, que já chegava com carro na porta logo depois de formado. E eles eram considerados futuros maridos das filhas daqueles conservadores. Para você ter uma idéia para um garoto que arrumava a namoradinha da mesma idade, que era normal naquela idade, em Ouro Preto era uma dificuldade danada, porque a menina de 15 anos já namorava um estudante de engenharia de 20 e poucos anos para depois dali casar.

Então a proposta de casamento com um estudante de Engenharia significava a possibilidade de obtenção de um trampolim social. Os estudantes eram extremamente valorizados com as meninas. E a eles eram permitidos uma série de coisas, como beber de cair na rua. Isto não era considerado nada de desvio. Agora sim, nunca uma sociedade dessas permitiria o cara ser considerado comunista. Este não importa, pode ser tudo, menos comunista. E com isto estas pessoas foram execradas. De alguma certa forma por serem pessoas valorizadas o Diretório da Escola de Minas eles conseguiam fazer bastante coisa lá. Era um pólo de discussão. Eles eram bastante valorizados.

Nesse momento, no GLTA eu me deparei várias vezes e discuti com pessoas que foram as mais influentes do movimento estudantil em Ouro Preto, sobretudo em relação ao movimento secundaristas, que é o Hércio Fortes. Eu conheci o Hércio bastante, e apesar do Hércio ser da minha idade na época – era um pouco mais velho do que eu – era muito inteligente, lia muito e tinha muita

capacidade de liderança. E através do Hécio dessas reuniões do GLTA eu fui como se diz, investindo e encaminhando. Foi o meu processo de encaminhamento político. Foi como se diz, foi o meu encaminhamento político. Eu já questionava um monte de coisas que eu disse para você, mas a partir dali comecei a participar do PCB como simpatizante. Particpei de algumas reuniões, e nestas reuniões eu conheci o César Maia, conheci o Jacques, o Pauly, conheci o Moreira, o Moreirão do Saramenha e outras pessoas, como o Lincoln. E a partir daí nós ficamos amigos. Eu participei de panfletagem, de pichações e uma série de coisas. O meu processo de conhecimento político veio a partir daí. Para mim, isso que eu te coloquei foram os locais onde convergiam estas idéias. Nestes locais convergiam estas idéias. Foi a partir deles é que foi possível ter conhecimento do que estava sendo discutido em termos de Brasil e em termos de mundo.

Mas com a ditadura imposta pelos golpistas de 1964 foi natural que muitas destas pessoas fossem presas. E em 1967 e 1968, a União Colegial de Ouro Preto estava na mão da direita de lá. E eles estavam na União Colegial de Estudantes para emitir carteirinhas, fazendo aqueles bailinhos coisa assim fresquinho e típico da sociedade conservadora. E naquela época tinha muita gente e muita coisa. Então, nós num ano nós fizemos uma chapa só de esquerda. Eu tinha atividades no Partido Comunista, eu era presidente da chapa que participava Antônio de Pádua, Causim, meu irmão chamado Antônio Mendes Barros, o Toninho, e mais algumas outras pessoas lá. E nós partimos para uma eleição assim mesmo, politizada. Fomos de classe em classe, apoiado pelo Diretório Acadêmico da Escola de Minas. Fomos de classe em classe, e conseguimos com os diretores que a gente entrasse, fizemos campanha na porta dos colégios, e fizemos tudo que era possível. O interessante é que na época da apuração dos votos da eleição, nós convocamos a União Estadual dos Estudantes Secundaristas para fiscalizar, porque eles iam roubar da gente. Teve ameaça de dar porrada, teve nego que me perseguiu na rua para me dar porrada, o Hécio tomou um guarda-chuvada na cabeça de um estudante de direita que tinha lá. Teve umas coisas assim. Eu sei que era mais ou menos um mês de campanha, e depois as eleições foram marcadas. Tanto do ponto de vistas eleições como do ponto de vista da apuração foi toda fiscalizada pela União Estadual dos Estudantes Secundaristas, que era um pessoal de esquerda de BH, mas que tinha uma atuação segura em relação. Foi um trabalho honesto. Só assim que nós ganhamos. Eu ganhei muito bem, com uma margem de diferença muito grande. Comemoramos etc etc.

Nós procuramos fazer uma política totalmente diferente. Se eu não me engano eram dois anos de gestão, mas eu só consegui ficar um ano. Exatamente porque eu fui obrigado a sair de Ouro Preto em função de perseguição política.

Mas fizemos coisas importantes, como um grande evento que durou dez dias ou mais que teve, entre outras coisas painéis, discussões políticas e culturais com autoridades e intelectuais de Belo Horizonte e da UFMG, principalmente ligados à esquerda. O DCE de Belo Horizonte, o Waldo Batista Filho, várias pessoas foram lá participar de painéis, teatro. Teve eventos políticos e culturais.

A abertura foi uma passeata com estudantes de Belo Horizonte contra a ditadura. Ela saiu ou se concentrou ali da altura da Escola de Farmácia. Fomos caminhando para o Teatro Municipal de Ouro Preto, o local da abertura.

Quando eu abri os trabalhos, comecei os encaminhamentos e passamos a discutir o problema do movimento estudantil e da política estudantil. Tentamos fazer um painel informando aos presentes sobre qual o nível de discussão o tema se encontrava, mas também utilizamos muitos cartazes para apresentar os malefícios do acordo MEC-USAID, que até hoje está aí.

Fomos avançando no processo da conjuntura tanto internacional quanto nacional e colocando o golpe de Estado ou o avanço da ditadura, denúncias de presos de Ouro Preto e do Brasil e citando os nomes dos presos que foram levados para a Penitenciária de Neves, sendo que alguns deles foram torturados e receberam ameaças de fuzilamento.

Naquele momento eu participava como participava a maioria das pessoas engajadas na esquerda e já participávamos da preparação do VI Congresso do PCB, onde teve o racha com o Marighella. Várias vezes eu participei de madrugada de reuniões na República Castelo dos Nobres. E ali tinha as discussões das teses do PCB e a proposta de rompimento, como único caminho para a derrubada da ditadura e da construção do socialismo seria através da luta armada.

Eu naquela época eu fui obrigado a terminar minha gestão, porque eu exatamente não tinha mais espaço para atuação em Ouro Preto. Eu fiquei com um certo temor, também, pois comecei a receber bilhetes anônimos.

Então fui para Belo Horizonte depois de um período deste acampamento liderado lá por César Maia e pelo Diretório Acadêmico da Escola de Minas. Mas, principalmente centrado na figura de César Maia (que era um líder estudantil), que foi também para Belo Horizonte porque abandonou a Escola de Minas por razões políticas.

Como Cesar tinha interesses políticos, então foi para Belo Horizonte onde morou comigo no Edifício Maleta. Eu já morava lá quando o César chegou. Aí teve uma prisão dele distribuindo boletim para o XXX Congresso de Ibiúna. E foi preso ele e uma garota. Ele ficou muito tempo preso.

Eu fui preso em 09 de abril de 1969. Portanto, fui preso logo no início do desmantelamento da Corrente. Na primeira vez que fiquei preso em Belo Horizonte fui levado para o DI da Polícia, que ficava na Praça da Liberdade. No 2º DI ficamos presos eu e o Arnaldo. Ali nós fomos espancados pelos sargentos Machado e “Jorjão”. Fomos espancados. E puseram um cachorro pastor alemão para lambem o meu rosto. O cachorro rosnava, botava a boca no meu pescoço, lambia o meu rosto e mijava em mim. Sofri todas as humilhações possíveis.

É muito interessante o que está escrito num texto de Cláudio Batalha (que é do Departamento de História da Unicamp) no livro *Perfis Cruzados - A Trajetória da Militância Política no Brasil*. Com essas palavras encerro o meu depoimento:

“Nestas páginas, portanto, ganham vida homens e mulheres que agiram com altruísmo de acordo com as suas idéias e consciência. Coisa bem pouco comum em um país cuja cultura política dominante é marcada pela acomodação, pelo oportunismo, pela ausência de ideais (...) Fica evidente que as motivações para esta atitude foram as mais diversas. Mas vários destes indivíduos assumiram o risco da incompreensão, do ostracismo, das prisões, da tortura e até da morte”.